



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

ANO LXIV - Nº 018 - QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 9 DE SETEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.1.1 – Finalidade da Sessão

Destinada a comemorar o Dia da Amazônia, celebrado em 5 de setembro.....

2922

1.1.2 – Fala da Presidência (Senadora Serys Ikhessarenko)

1.1.3 – Oradores

Deputado *Silas Câmara*.....

2923

Senador *Jefferson Praia*

2927

Deputado *Ernandes Amorim*

2929

Senadora *Marina Silva*.....

2930

Deputado *Lupércio Ramos*

2933

Senador *Valdir Raupp*.....

2934

Deputado *Wandenkolk Gonçalves*.....

2936

Deputada *Rebecca Garcia*.....

2938

Senador *Mozarildo Cavalcanti*.....

2939

Senador *Renato Casagrande*

2941

Senador *Arthur Virgílio*.....

2941

Senador *Flexa Ribeiro*

2944

Senador *Cristovam Buarque*.....

2946

Senador *Marcelo Crivella*.....

2946

Sr. Álvaro Tucano (Membro da Funai).....

2947

Dr^a. *Marilene Corrêa* (Reitora da Universidade Estadual do Amazonas)

2947

O Sr. Presidente (Senador *Jefferson Praia*).....

2948

1.2 – Encerramento

2 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Deputado *Paes Landim*, proferido na sessão do dia 27 de agosto de 2009, que retirado pelo orador para revisão, ora se publica.....

2948

CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 19^a Sessão Conjunta (Solene), em 9 de setembro de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência da Sr^a. Serys Slhessarenko e do Sr. Jefferson Praia

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 24 minutos, e encerra-se às 14 horas e 27 minutos)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o transcurso do Dia da Amazônia.

Como 2^a Vice-Presidenta do Senado, convidado para compor a Mesa o Exmº Sr. Senador Jefferson Praia, primeiro signatário do Requerimento nº 781, no Senado Federal; o Deputado Federal Silas Câmara, primeiro signatário do Requerimento nº 781, na Câmara dos Deputados; a Sr^a Reitora da Universidade do Amazonas, Magnífica Sr^a Marilene Corrêa; e o Sr. Álvaro Tucano, membro da FUNAI.

Composta a Mesa, convidado a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sr. Senador Jefferson Praia, do Estado do Amazonas, primeiro signatário no Senado Federal do requerimento de realização desta sessão solene; Sr. Deputado Silas Câmara, primeiro signatário na Câmara dos Deputados desse requerimento; Sr^a Reitora Marilene Corrêa, que muito nos honra com a sua presença – uma mulher na reitoria é muito importante; Sr. Álvaro Tucano, representante da FUNAI; Sr. Senador Canellas, ex-Senador pelo nosso Estado de Mato Grosso; Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, é com grande contentamento que o Congresso Nacional comemora, em sessão solene, o Dia da Amazônia, celebrado no último dia 5 de setembro. Refiro-me a contentamento, pois não se trata de simples comemoração de uma efeméride, mas de uma profissão de fé na enorme responsabilidade do Parlamento na condução dos destinos da região amazônica.

Homenagens vazias não estão à altura desta Casa, e por isso não as fazemos! Tudo o que aqui celebramos possui o pano de fundo irremovível do compromisso com a sociedade, com a melhoria do bem-estar do povo brasileiro.

A simples menção da palavra “Amazônia” nos remete à ideia de uma densa floresta tropical, povoada de infinável variedade de espécies animais e vegetais. Tamanha riqueza é alvo de insistente cobiça internacional, fato que renova, a cada dia, nossa responsabilidade para com a preservação do ecossistema e desafia nossa soberania sobre a região.

A biopirataria e o tráfico de animais silvestres são, sem sombra de dúvida, problemas candentes na Amazônia brasileira e precisam ser atacados com prontidão.

As principais ameaças ao bioma amazônico, entretanto, vêm de dentro de nosso País. O avanço da fronteira agrícola, especialmente da produção de soja e da criação extensiva de gado, representa uma ameaça diuturna à integridade da floresta. Some-se a isso o problema crônico da regularização fundiária da região para que a derrubada de árvores e a perda de biodiversidade se tornem ainda mais agudas.

Recentemente, foram divulgadas as cifras do desmatamento no mês de julho. Segundo o sistema DETER, gerenciado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, a devastação foi de 836 quilômetros quadrados, contra os 323 quilômetros quadrados registrados em julho de 2008. Mesmo assim, em 12 meses, a área desmatada é quase 50% menor do que os 12 meses anteriores.

Segundo o INPE, o desmatamento do ano de 2009 deve ser o menor já registrado em 20 anos, devendo ficar entre 8.500 e 9.000 quilômetros quadrados. Os números de fato são auspiciosos, já que atestam uma queda considerável no ritmo do desmatamento. Sem embargo, não me sinto à vontade para comemorar que a derrubada da floresta este ano deve atingir uma área equivalente a 6 vezes a cidade de São Paulo!

Todos sabemos da complexidade da região amazônica e do drama social vivido por grande parte da nossa população nessa região. Combater simplesmente o desmatamento não é, pois, solução definitiva para os problemas da Amazônia, o que não nos exime, no entanto, de buscar o desmatamento zero da floresta.

A imensa riqueza da floresta comporta, com folga, inúmeros projetos extrativistas que valorizem as comu-

nidades locais, garantindo-lhes a obtenção de seu sustento. Isso se chama desenvolvimento sustentável!

É preciso ainda promover a regularização fundiária das propriedades já ocupadas, dentro de rígidos critérios socioambientais, e ao mesmo tempo atentar com segurança para o avanço da fronteira agrícola e da pecuária sobre a região.

Somente com a preservação da floresta e com alternativas sustentáveis de desenvolvimento para as populações amazônicas poderemos de fato comemorar o Dia da Amazônia.

Acredito que o Brasil poderá, sim, liderar discussões relativas ao desmatamento e contribuir significativamente na formulação de um documento robusto do pós-Kyoto, em Copenhague. Estou otimista de que poderemos fazer um grande trabalho, reconhecendo os nossos avanços na área ambiental até hoje, mas tendo a certeza de que ainda temos muito que alcançar. A Amazônia, sem dúvida, estará na agenda. E iremos reforçar a necessidade de incluí-la em todas as discussões relativas ao meio ambiente.

É com essa visão que devemos conscientizar a todos sobre a importância da Amazônia para a humanidade. O papel dessa gigantesca área não se volta apenas para o equilíbrio ecológico mundial. Ela é berço de diversos povos indígenas e possui enorme fonte de matéria-prima, como florestas, recursos medicinais, minerais e energéticos.

Eu diria, senhores e senhoras, que somente com a preservação da floresta e com alternativas sustentáveis de desenvolvimento para as populações amazônicas poderemos de fato comemorar o Dia da Amazônia.

Enquanto isso não se torna realidade, o Congresso Nacional renova seu compromisso de apoiar a preservação da natureza e de viabilizar projetos de exploração racional da biodiversidade amazônica. É o mínimo que a sociedade espera de nós.

Parabéns, Senador Jefferson Praia e Deputado Silas Câmara, pela propositura desta sessão solene. Espero que ela sirva como comprometimento desta Casa do Congresso Nacional para a melhoria da realidade da nossa Amazônia.

Era isso que gostaria de dizer aos senhores e às senhoras, porque sou de Mato Grosso, um Estado que em parte está na região amazônica, e conheço razoavelmente bem Amazônia, inclusive por já ter estado em localidades da maior relevância. Estive com inanomâmis, com arawetés, estive em São Gabriel do Cachoeiro, enfim em várias localidades onde vemos realmente a importância da preservação da nossa Amazônia.

Faço parte de um grupo formado pela Globe International, o G8+5, e temos travado discussões bas-

tante aprofundadas, especialmente sobre a questão do desmatamento e também sobre outras que tragam a possibilidade de conseguirmos conquistar cada vez mais não só a preservação da Amazônia, mas também de outros biomas.

Os Senadores Cícero Lucena e Renato Casagrande e o Deputado Antonio Palocci e eu estaremos, nos próximos dias, em Copenhague, onde tentaremos fechar uma proposição para ser apresentada à COP-15, em outubro, representando, de certa forma, não a totalidade, é óbvio, mas parte da determinação do nosso País.

Temos aqui Comissões importantes, como a Comissão de Mudanças Climáticas, presidida pela Senadora Ideli Salvatti, e já fizemos mobilizações bastante significativas, inclusive aqui no plenário do Senado, como naquela noite em que ficamos em vigília pela Amazônia.

Então, é com essa visão que nós estamos abrindo, com muito contentamento, esta sessão solene no dia de hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra neste momento ao nobre Deputado Silas Câmara, proponente desta sessão de homenagem pela Câmara dos Deputados. Logo após falará o nosso Senador Jefferson Praia.

O SR. SILAS CÂMARA (PSC – AM. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, em nome da Magnífica Reitora Marilene Corrêa, da Universidade Federal do Amazonas, cumprimento todos os membros da Mesa.

Graças ao apoio e às diligências do nobre Senador Jefferson Praia, com quem compartilhei a honra de requerer a realização desta sessão solene, temos a satisfação, como Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, de participar desta importante sessão solene em que se comemora o transcurso do Dia da Amazônia.

Muitos poderão ficar surpresos ao saber que existe uma data específica para a Amazônia, comemorada no último sábado, dia 5 de setembro. O Dia da Amazônia foi instituído pelo Presidente Lula, com a Lei 11.621, de 2007, e lembra a criação, por D. Pedro II, da Província do Amazonas, em 1850.

Não restam dúvidas de que essa é uma oportunidade para se refletir sobre políticas e ações de desenvolvimento sustentável que possam garantir e valorizar a preservação da natureza e as necessidades socioeconômicas dos cerca de 25 milhões de habitantes que vivem na Amazônia Brasileira e que, em sua grande maioria, enfrentam todo tipo de dificuldades.

Como Presidente da Comissão da Amazônia, que existe na Câmara dos Deputados há 12 anos, es-

tamos trabalhando, juntamente com os 36 Deputados Federais que integram esse importante Colegiado, por soluções duradouras para os problemas enfrentados pelos amazônicas, penalizados por uma política de desenvolvimento que continua a aprofundar o fosso que separa o Norte/Nordeste das regiões mais ricas do País. E não temos de estar de pires na mão, pois representamos cerca de 25% do território do País e somos responsável pela maior reserva de biodiversidade do planeta, com cerca de 20% da água doce da Terra. O bioma amazônico atrai a atenção do mundo todo por ser, de longe, a maior selva úmida do planeta e por estar ligada, como vítima e como solução, ao debate mundial a respeito das mudanças climáticas.

Apesar de todo esse potencial, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000, em suas 3 dimensões – educação, renda e longevidade – demonstra a defasagem dos Estados da Amazônia em relação aos demais Estados brasileiros e à própria média nacional: enquanto o IDH do Brasil situa-se em 0,766, o da Região Norte é de 0,725, sendo que nenhum Estado amazônico alcança a média nacional. Destaques parciais, próximos ou pouco acima da média nacional ocorrem apenas no Amapá e em Roraima, no IDH de escolaridade e, no Pará, no IDH de longevidade, sendo que, no IDH de renda, todos os Estados amazônicos estão muito abaixo do índice nacional. Esses números baseiam-se em índices oficiais do ano 2000.

Sendo assim, é mais que urgente a necessidade de transformar todo o nosso potencial em medidas concretas que possam reverter a situação de miséria da maioria da população, aliado, logicamente, à preservação de nosso valioso ambiente. Deter o processo de desmatamento e desenvolver a região é um grande desafio, somente alcançável mediante um novo modelo de desenvolvimento que tenha como primado o respeito e a valorização da potencialidade de seu imenso patrimônio natural e sociocultural.

O ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, ligado à comunidade acadêmica, elegeu duas atividades que, a seu ver, se apresentavam, na perspectiva de hoje, como candidatas prioritárias ao papel de vanguardista para uma nova Amazônia.

A primeira atividade esboçada no Projeto Amazônia é o aproveitamento tecnológico – sobretudo farmacológico – da biodiversidade. A selva úmida constitui laboratório natural: vasta cadeia de variantes e de analogias químicas cujo potencial, quer para ser aproveitado diretamente, quer para pautar a invenção de equivalentes sintéticos, permanece quase inteiramente desconhecido. A mobilização desse potencial, segundo o ex-Ministro, exige em alto grau aquilo que nossa indústria principiante de fármacos e de medi-

camentos ainda não se preparou para fazer: pesquisa radical. Por isso mesmo, é provável que essa atividade não avance em qualquer futuro próximo sem a presença forte do Estado brasileiro.

A segunda atividade, ainda de acordo com o ex-Ministro, é a mobilização do potencial energético latente nas árvores, na celulose e na lignina. Está ainda longe de ser economicamente eficiente a mobilização por hidrólise desse potencial, por conta do forte preconceito que existe. Tem-se que tratar desse tema principalmente no âmbito do Governo Federal. Falta até mais aprofundamento de conhecimento científico na nossa região. A tese de alguns é que, em algum momento do futuro próximo, será eficiente, ao menos se investirmos no desenvolvimento da tecnologia necessária. O resultado seria transformar toda a Amazônia com selva em vasto manancial de energia renovável. De acordo com a lógica do uso controlado e sustentável da floresta, a utilização rotativa das árvores seria sempre compensada por replantio equivalente.

Foi pensando em propostas como essas e em aprofundar o debate em torno de alternativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional realizará, no próximo dia 7 de outubro, quarta-feira, o 3º Simpósio Amazônia, com o tema *Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas*. Com o apoio da Presidência da Câmara dos Deputados, de toda a Mesa Diretora, de Senadores e Deputados da região, esperamos realizar um grande evento. Será uma iniciativa conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Casa, a qual represento. Obviamente, esperamos que tenha esse 3º Simpósio a repercussão necessária para os temas que vão pautar as discussões durante todo o evento. Há cerca de um mês estamos realizando as etapas estaduais desse simpósio, ouvindo os clamores, angústias, propostas e sugestões de quem vive na Amazônia, com experiências bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável e frustrações por falta de investimentos que garantam uma melhor qualidade de vida para a população local.

Exemplo de experiência bem-sucedida de desenvolvimento sustentável, sem sombra de dúvida, é o Polo Industrial de Manaus. À medida que as questões ambientais foram se consolidando nas agendas nacional e internacional, começou-se a perceber que a Zona Franca de Manaus representava um aspecto relevante na defesa do próprio empreendimento e da manutenção de sua competitividade. Hoje, esse polo tem efeito virtuoso sobre a floresta amazônica e, em especial, sobre o meu Estado, o Amazonas. Todos têm consciência de que o PIM produz externalidades

positivas para o Brasil e para o resto do mundo, ou seja, a redução na pressão para o desmatamento da Amazônia brasileira. Pesquisas já comprovaram que a presença do Polo Industrial de Manaus, por desenvolver atividades econômicas com ausência ou baixa utilização de recursos florestais em seus insumos, e por impulsionar outros setores da economia com o mesmo padrão produtivo, como o de serviços, colaborou com a redução de 85% no desmatamento na região de Manaus e de todo o Estado do Amazonas. Uma redução no ritmo de crescimento do PIM poderia ser desastroso em vários sentidos.

Recentemente, a Federação das Indústrias lançou um livro que será, nos próximos dias, de conhecimento público. Esse livro foi lançado, inclusive, com grande festa na Câmara dos Deputados e no Senado. É um livro que fala do impacto da atividade do Parque Industrial de Manaus na preservação de todo o Estado do Amazonas, e os números falam muito alto. É preciso que se criem mecanismos para compensar o Estado do Amazonas pelo esforço por manter 98% de sua floresta intacta. Portanto, é um projeto, um modelo de desenvolvimento regional que mostra claramente que, quando a Nação faz a sua tarefa de casa, incentivando de alguma forma uma atividade econômica que possa tirar a pressão sobre as florestas das pessoas que vivem em determinada região, isso é devolvido não apenas para os brasileiros, mas para a humanidade, com serviços ambientais prestados por esses brasileiros que refletem diretamente na preservação.

Urge que o Governo, com o apoio da comunidade internacional, que diz defender a Amazônia, adote mecanismos de pagamento por serviços ambientais, recompensando quem preserva, quem mantém os mananciais e as riquezas naturais tão cobiçadas pelo mundo. Nesse sentido, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.528, de 2009, de minha autoria, que dispõe sobre o Programa Bolsa Floresta, com o objetivo de remunerar comunidades tradicionais pelo serviço de conservação das florestas e outros ambientes naturais, mostrando que a preservação ambiental não é apenas um discurso fácil, mas que exige ações concretas capazes de inserir a Amazônia no grande projeto de construção nacional.

É bom dizer que este programa não é uma invenção do Deputado Federal Silas Câmara. Ele já existe na prática, no Estado do Amazonas, com recursos do Governo do Estado, e 6 mil famílias são premiadas, são recompensadas por ajudar a preservar a natureza com aquilo que o Governo do Estado, por meio do Governador Eduardo Braga, chama de Bolsa-Floresta. Tem sido uma experiência vitoriosa, não pelo valor mas pelo gesto que reconhece no caboclo amazonense a

sua vontade de viver em harmonia com a natureza. Tramita na Câmara dos Deputados esse projeto que tem a finalidade de agregar a esse programa social recursos federais, para que juntos, Governo do Estado e Governo Federal, possam continuar o desafio de preservar o Estado do Amazonas.

Como presentear a região no Dia da Amazônia? Vários estudiosos e pessoas que ali vivem vêm dando suas opiniões. Para Roberto Smeraldi, Diretor da Organização Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, “*o melhor presente seria garantir que daqui para frente a Amazônia tenha de gerar riqueza em primeiro lugar para os amazônidas, em vez de priorizar o resto do Brasil ou do mundo. Isso se deu até hoje com minério, energia, carne, madeira, grãos, terra para reforma agrária e pode continuar, no futuro, com biodiversidade e carbono, sempre deixando a população local marginalizada*”. Já para o pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Paulo Barreto, “*no Dia da Amazônia, a região mereceria um presente de retribuição: um fundo para zerar o desmatamento da Região*”.

Esse fundo financiaria 2 ações principais: o combate ao desmatamento ilegal e a compensação daqueles que deixam de desmatar, embora tivessem o direito legal de fazê-lo. Dessa forma, a Amazônia continuaria a presentear o mundo com benefícios ambientais e produtos florestais das áreas florestadas e produtos agropecuários daquelas que já estão desmatadas. O Brasil e o planeta, que recebem esses benefícios, deveriam “*fazer uma vaquinha para financiar o fundo pelo desmatamento zero*”, enfatiza o nosso ilustre pesquisador.

Essas e outras propostas certamente serão debatidas no 3º Simpósio da Amazônia, no dia 7 de outubro, assim como o potencial dos mercados de carbono, os produtos florestais e aquáticos, o uso sustentável da terra e os recursos minerais e energéticos da nossa região.

Dessa forma, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, por iniciativa de seus membros e deste Presidente, mais uma vez, vem envolver o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil na discussão e na exigência de ações práticas para trilhar os melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável da região, que é o maior patrimônio ambiental e humano da civilização atual.

Srª Presidenta, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, não são apenas as questões ambientais que afligem a região amazônica. Na última quarta-feira, o plenário da Comissão da Amazônia aprovou, por unanimidade, requerimento de minha autoria, subscrito por vários Parlamentares daquela Comissão, para a realização de uma audiência pública com os Ministros da Justiça, da Defesa, da Fazenda, do Planejamento e da Integração Nacional, com vistas a discutir seguran-

ça pública, integração, desenvolvimento e isenção de impostos nos municípios de fronteira da Amazônia.

O Brasil tem quase 16 mil quilômetros de fronteira terrestre com 10 países vizinhos. Mais de 570 municípios brasileiros estão situados na região, que conta com 576 pontos fixos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Federal. Nos municípios da região amazônica, como também em outras regiões, já houve avanços com a criação de Divisões de Combate ao Crime pela Polícia Rodoviária Federal e implantação de Núcleos de Inteligência Regionais, reestruturação dos Núcleos de Operações Especiais e o aumento do efetivo de pessoal do Sistema de Segurança Nacional.

Mesmo adotando essas providências, o Governo Federal não consegue atender os municípios fronteiriços na Amazônia, no momento em que o crime organizado, o contrabando e outros delitos graves tomam conta dessas localidades de forma indiscriminada e sem controle, situação agravada pelo quadro de penúria econômica e social na região. A única saída seria o deslocamento de uma Força Nacional para todos os municípios de fronteira e, concomitantemente, a adoção de medidas para isentar de impostos os produtos comercializados nessa região, que tem um dos mais altos custos de vida do País.

Imaginem os senhores o que representa um município, por exemplo, situar-se no Alto Solimões, próximo da Colômbia, Tabatinga, que tem uma distância enorme da cidade de Manaus. Para os alimentos chegarem a essa região, além de se pagar um valor elevado por conta dos fretes, ainda é necessário agregar a esses produtos impostos iguais, por exemplo, aos cobrados no Estado de São Paulo, na Capital Porto Velho ou em Manaus. Beira o absurdo e a deslealdade da Nação para com aqueles que habitam regiões tão estratégicas para o Brasil e que pagam um preço muito alto por lá estar.

A proposta é simples: que o Governo Federal assuma a segurança pública nesses municípios e que isente de impostos esses municípios, que estrategicamente estão localizados em regiões de fronteiras com outros países, para que as pessoas que neles habitam tenham as mesmas condições de vida que têm os nossos irmãos que moram nos maiores centros urbanos da Nação brasileira.

Todos têm consciência de que medidas como essas iriam fomentar o desenvolvimento e a integração desses municípios e, consequentemente, contribuir para reduzir os índices de violência e criminalidade. É bom dizer que a presença da Força Nacional integraria o Exército, a Aeronáutica, a Marinha, a Polícia Federal, todas as instituições de segurança ligadas ao Brasil, e daria, portanto, maior segurança a essas regiões. Há

um entendimento de que o País não tem que se separar em fronteiras, e, sim, integrar em fronteiras, pois nessas regiões ocorrem a interação dos povos. O desenvolvimento da região amazônica precisa respeitar os valores sociais e culturais que nos identificam como nação, além de preservar esse imenso patrimônio ambiental que não é só nosso, mas de toda a humanidade.

Ao longo dos 12 anos de atuação da Comissão da Amazônia, seus Deputados, compondo-a ou integrando Comissões Especiais, já deram inúmeras contribuições para o desenvolvimento da região, com destaque, entre outras, para a discussão da Lei nº 11.284, de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e da Medida Provisória nº 458, de 2009, recentemente transformada na Lei nº 11.952, de 2009, que dispõe sobre a regulamentação fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

O desenvolvimento sustentável que todos almejamos para a Amazônia não pode mais tardar a ser implantado. Todos nós, amazônidas, temos orgulho de nossa terra, pela sua notável riqueza e potencialidade natural e humana. Mas chegou a hora da tão propalada inclusão social e econômica dos povos da floresta, da população humilde que vive na Amazônia. Já passou da hora de fomentar e incentivar a pesquisa e uma educação de qualidade que faça com que os jovens amazônidas e seus cientistas cuidem desse imenso patrimônio natural, uma das mais disputadas reservas biológicas e de riqueza do mundo.

Aliás, nessa questão da educação quero de novo parabenizar o Estado do Amazonas, que hoje, Srª Presidenta, já possui a maior universidade pública de toda a Região Norte e a sexta maior universidade do Brasil, inclusive presente em todas as regiões de fronteira, principalmente nas regiões habitadas por povos indígenas do nosso Estado, o Amazonas.

Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, rogo a Deus que o futuro seja cada vez melhor para a população que paga o preço de viver em uma região para o qual os olhos do mundo estão voltados, cobrando dela constantemente que se mantenha intacta, mas não se preocupam em trazer para a população que lá vive o mínimo de conforto e alento para que possa ter uma vida digna com seus filhos e comprometida com o futuro da humanidade naquela região.

Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada Deputado Silas Câmara.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passar a palavra ao Senador Jefferson Praia, eu gostaria de saudar o Exmº Sr. Flávio Gomes, Suplente de Deputado Estadual do Partido

dos Trabalhadores de Mato Grosso; o Presidente da Cooperativa de Garimpeiros de Peixoto de Azevedo, Sr. Marco Antônio Reis; e o Coordenador Administrativo dessa mesma cooperativa, Sidney Nascimento. Sejam bem-vindos ao nosso plenário. Um abraço a todos de Peixoto, de Azevedo, de Matupá, de Garantã do Norte, de Terra Nova, de Novo Mundo, municípios que fazem parte da Amazônia, no meu Estado de Mato Grosso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Jefferson Praia, requerente da homenagem no Senado Federal.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão solene, Senadora Serys Slhessarenko; ilustre Deputado Federal Silas Câmara, Presidente da Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados; querida Profª Marilene Corrêa, reitora da Universidade do Amazonas; companheiro Álvaro Tucano, membro da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; queridos Senadores Mozarildo Cavalcanti, João Pedro, Romero Jucá, Geraldo Mesquita; Deputados Federais aqui presentes, Deputado Ernandes Amorim, Deputada Marinha Raupp, Deputado Lúcio Ramos, Deputada Rebecca Garcia, Deputados Antonio Feijão, Natan Donadon e Francisco Praciano; minhas senhoras, meus senhores, nesta oportunidade, farei algumas reflexões que acho importante para que nós possamos, nesta sessão solene, aprofundar nossa visão sobre a região diante dos mais diversos problemas e oportunidades que temos.

Acredito que uma oportunidade como esta, Profª Marilene Corrêa, deve resultar, fora do diagnóstico, em caminhos a serem trilhados pelo Parlamento e pela sociedade como um todo.

O primeiro ponto que quero levantar é quanto ao olhar para a Amazônia. Qual é o olhar que temos para a Amazônia? O olhar de preservação e conservação, que é o que queremos. Mas nós não podemos deixar de perceber que lá naquela região, que ainda hoje é verde, há 25 milhões de seres humanos.

O olhar de quem está aqui em Brasília ou de quem está em qualquer outro Estado que não seja o dos nossos 9 Estados da Amazônia Legal é o olhar que precisa ter a experiência mais próxima da realidade. Às vezes, nós fazemos cobranças, e é importante elas serem feitas dentro do contexto da conservação ambiental. Mas quando se vai ao que eu chamo de Amazônia real, quando se chega aos centros urbanos e na Amazônia rural, na Amazônia onde o cidadão mais simples, sua esposa, seus filhos estão, percebe-se o quanto nós temos de fazer para alcançar esse grande objetivo do povo brasileiro e da humanidade, que é termos uma Amazônia preservada e conservada.

Primeiro ponto para o qual eu chamo a atenção: por mais que seja nosso objetivo preservar a região, o foco tem de estar nos seres humanos que estão lá, porque o homem é aquele que faz o bem ou o mal ao meio ambiente. Somos nós, seres humanos, os causadores de tudo o que está aí. Se há problemas climáticos atualmente no planeta, somos nós os causadores. Então, o homem faz o bem ou o mal.

Hoje a Amazônia tem uma população muito pobre, tem índices de desenvolvimento humano vergonhosos, muito parecidos com os índices de países africanos. Se formos verificar *in loco*, verificaremos que Amazônia real é a Amazônia da prostituição infantil, do desemprego, do tráfico de drogas e da falta de oportunidade para os nossos jovens.

Por que estou destacando esses pontos? Nós poderíamos só falar em desmatamento. Claro que o pano de fundo de tudo isso é o desmatamento. Mas vamos olhar para o povo que está lá. E para olharmos para esse povo temos que verificar o que precisa ser feito. Nós só teremos o homem e a mulher da Amazônia como nossos aliados a partir do momento em que proporcionarmos melhor qualidade de vida para aquela gente; a partir do momento em que fizermos investimento em infraestrutura econômica e social; a partir do momento em que tivermos energia, transporte, telecomunicações, investimento em educação, saúde, em oportunidades de trabalho, emprego e renda.

Quando falamos no que precisamos, voltamos nosso olhar para todos os atores que devem realizar esse papel. Quem tem o poder de viabilizar as ações na Amazônia? O Governo Federal, dentro do seu campo de atuação; os Governos Estaduais, que são 9; os Municípios todos que compõem os Estados da Amazônia Legal.

O questionamento que faço é: será que o Estado, dentro do contexto de todos esses representantes – União, Estados e Municípios –, está fazendo a sua parte como deveria? O Estado está cumprindo bem as suas obrigações? Ou temos muitos discursos bonitos e pouca ação lá na ponta, no sentido de melhorar a qualidade de vida de nossa gente?

Então, a primeira observação que faço é sobre se temos hoje, como um caminho a ser seguido, a questão do ordenamento fundiário. Nas mãos de quem está isso? Da União, dos Estados e dos Municípios, que terão de fazer sua parte também? Temos problemas quanto ao zoneamento econômico-ecológico? Quem está atrasado no zoneamento econômico-ecológico?

Precisamos estar atentos a todas essas questões relacionadas ao papel dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

É importante destacarmos também – e isso já foi abordado aqui pelo Deputado Silas Câmara – as

fontes de recursos. Falamos em Amazônia e falamos em recursos. O Governo Federal criou o Fundo Amazônia. A Noruega se propôs a destinar 1 bilhão de dólares para esse Fundo. Procuramos saber como está o Fundo Amazônia e fomos informados de que não há projetos aprovados no Fundo Amazônia, porque eles não atendem aos requisitos exigidos pelo BNDES, o grande gestor desse Fundo.

Percebemos, então, que há um país querendo proporcionar recursos para projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia, mas que não temos sido competentes para viabilizar esses projetos. Portanto, a questão não é só falta de recursos. O problema está na aplicação desses recursos. Como poderemos otimizar nossas ações no sentido de aproveitar o que temos?

Gostaria também de chamar a atenção, rapidamente, para um outro olhar no contexto amazônico, o olhar para a influência que o planeta tem na Amazônia. Muitos aqui estão preparados para fazer uma autocobrança, para cobrar mais daquela população ou, como fiz há pouco, para cobrar mais da União, dos Estados e dos Municípios. Temos, porém, de observar igualmente o que os outros países estão fazendo e que impacto tem isso na Amazônia.

De forma bem resumida, destaco trecho de um trabalho publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, que diz o seguinte:

“O pesquisador alemão Jochen Schöngart afirma que as mudanças climáticas globais são uma realidade, mas faz questão de ressaltar, no entanto, que ainda existe muita confusão com relação ao assunto.

Um dos primeiros pontos que o pesquisador esclarece é com relação à temperatura. Segundo ele, ao contrário de que muitos acreditam, as mudanças climáticas na região amazônica acontecem em maior parte pela variação de temperatura da superfície dos oceanos (Temperaturas das Águas Superficiais dos Mares – TSM) que pela variação atmosférica.

As mudanças de temperatura que realmente podem influenciar os regimes hidrológicos (chuva e seca) da Amazônia não são as da atmosfera, as do ar, mas sim as das águas superficiais dos oceanos, o que modifica as circulações atmosféricas e resulta em situações com mais chuva ou menos chuva. Há ainda regiões que não sofrem alterações”.

A propósito, ressalto que, em 2005, tivemos uma das grandes secas da região e, este ano, a maior cheia

dos últimos anos, ou melhor, a maior cheia de todas no Estado do Amazonas.

Leio mais um trecho dessa publicação do INPA:

“Portanto, o calor infernal que você sente na sua cidade não pode ser considerado necessariamente resultado do aquecimento global. Quanto a isso, o cientista afirma que se trata apenas de ‘sensação térmica’ causada pela alta temperatura do ar e a elevada umidade (no caso de Manaus). Já as variações de temperatura dos oceanos – principalmente no Pacífico Tropical e Atlântico Tropical Norte – têm mais impacto na região, podendo causar secas severas e grandes cheias. Como exemplos, Schöngart cita um casal velho conhecido da ciência climática: El Niño e La Niña”.

Nobre Senadora Serys Slhessarenko, V.Exª está na Comissão que trata do encontro que teremos em Copenhague, em dezembro, sobre a questão climática do nosso planeta. É importante que nós, da Amazônia, estejamos fazendo a nossa parte. Não vamos derrubar aquela floresta, vamos preservá-la, conservá-la e proporcionar boa qualidade de vida para aquela gente. Mas queremos que os Estados Unidos, campeão de poluição do planeta, faça a sua parte. O Presidente Barack Obama não pode deixar de ir para a COP-15.

Como vimos, os Oceanos Pacífico e Atlântico têm influência no clima, consequentemente, têm influência na Amazônia. Se tivermos secas prolongadas na Amazônia, em vez de continuar a ser uma grande floresta verde, como é hoje, aquela região vai se tornar alguma coisa muito parecida com o cerrado, com as suas queimadas naturais. E não é isso o que queremos.

Portanto, devemos exigir dos Estados Unidos, que não assinaram o Protocolo de Kyoto, que façam a sua parte. Devemos cobrar também de outros países, como a China, a Índia e a Rússia, que está conosco nesse contexto das questões climáticas no mundo, que façam a sua parte.

Portanto, Senadora Serys Slhessarenko, V.Exa, que está nesse debate, pode dizer que na COP-15 a grande estrela não será o Brasil, mas a Amazônia. A Amazônia é a região mais importante do planeta no que diz respeito ao contexto climático, ao contexto do que queremos para termos um planeta saudável.

E precisamos, é claro, avançar no sentido de buscar, o mais rápido possível, resolver todas as questões que envolvem a vida daquela gente, fazendo as nossas cobranças, fiscalizando, monitorando, penalizando os maus empresários, porque aqueles que estão lá desmatando e usando os irmãos e irmãs da Amazônia para desmatar, pagando uma mixaria e fazendo com

que a Amazônia continue sendo uma região de pessoas muito pobres – é essa a realidade – devem pagar por isso. Não podemos concordar com quem não sabe aproveitar bem os recursos naturais.

Temos grandes desafios. E o desafio, para finalizar, Srª Presidenta, começa pelo papel de cada um. Nós, que estamos aqui no Senado, devemos estar mais empenhados no dia a dia. Muitos aqui presentes têm compromissos de vida e estão empenhados todos os dias, buscando as soluções. São exemplos disso a Senadora Marina Silva, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão da Amazônia, o Senador Romero Jucá, o Deputado Francisco Praciano, a Deputada Rebecca Garcia, o Deputado Lupércio Ramos, o Deputado Silas Câmara, enfim, há muitos envolvidos buscando os caminhos para resolvemos os problemas da nossa gente. E, entre eles, está o cidadão comum.

Fui agora a Iranduba, Município muito próximo de Manaus. Passei duas horas na fila esperando a balsa – e havia até muitas balsas, mas também muitos carros atravessando o nosso belo Rio Negro. Sabe o que eu vi, Profª Marilene Correa? Muita gente jogando latas de cerveja pela estrada, o que me deu vontade de parar e fazer algo que me levaria a perder um monte de votos. Pensei em parar cada um e dizer: “Meu amigo, para de jogar latas”. O Deputado Francisco Praciano está rindo, mas é isso.

Porque as pessoas não perceberam que devem fazer a sua parte. O mais difícil é mesmo cumprir o que temos de fazer, é deixar de seguir o velho ditado popular do “façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”, não é mesmo?

Aliás, termino com essa frase, que não deve ser dos Estados Unidos nem dos países desenvolvidos que querem apenas nos pagar para continuarem poluindo. Aceitamos os recursos deles, vamos aceitar, mas é preciso que eles cumpram a sua obrigação e reduzam as emissões de CO₂, porque o Planeta Terra está doente, e temos de avançar no sentido de recuperá-lo o mais rápido possível.

Agradeço, mais uma vez, a todos os que estão aqui presentes, contribuindo para que, ao final desta sessão solene, possamos perceber de forma muito mais clara aquilo que o nosso povo da Amazônia está querendo e ele resume com uma simples palavra: benefício. E o que é esse benefício? Investimento em saúde, educação e emprego. É isso o que os irmãos da Amazônia estão querendo.

Muito obrigado, Srª Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Obrigada Senador Jefferson Praia.

Antes de anunciar o próximo orador, gostaria de saudar os Srs. Parlamentares presentes: os Exmºs. Srs. Senadores Geraldo Mesquita, Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp e Marina Silva, e os Exmºs. Srs. Deputados Marinha Raupp, Rebecca Garcia, Antonio Feijão, Ernandes Amorim, Francisco Praciano, Lupércio Ramos e Natan Donadon. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Deputado Ernandes Amorim e passo a presidência dos trabalhos ao primeiro signatário do requerimento de realização desta sessão destinada a comemorar o Dia da Amazônia, Senador Jefferson Praia.

O SR. ERNANDES AMORIM (PTB – RO. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srºs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Prefeitos, Deputados Estaduais, representantes de associações e segmentos sociais, representantes das comunidades indígenas, é um satisfação para mim retornar a esta tribuna – tribuna que, por vários anos, ocupei na condição de Senador – para falar sobre a Amazônia.

Moro em Rondônia há 33 anos e, como representante do PTB, estou incumbido de participar da Comissão Especial destinada a discutir o novo Código Ambiental, algo muito necessário, pois ainda vivemos sob a égide de um Código Ambiental de 46 anos e que não sofreu alterações. O Brasil mudou, a Amazônia mudou. Hoje, temos a Amazônia de Manaus, a Amazônia de Rondônia, a Amazônia dos outros Estados, enfim, várias Amazônias. Cada setor tem suas atividades e suas necessidades – isso é reconhecido por todos os brasileiros, que tanto falam na Amazônia, tanto discutem em relação à Amazônia. Ainda esta semana, assistindo o Dia 7 de Setembro, não se falavam outra coisa se não fosse questões ambientais.

Hoje, os futuros candidatos à Presidência da República – a Senadora Marina Silva, o Governador José Serra, o Deputado Ciro Gomes e a Ministra Dilma Rousseff – discutem a questão ambiental. Essa questão que está em pauta em todos os setores.

E aqui pude ouvir o discurso do Deputado Silas Câmara, que se aprofundou bastante em todos os pontos que devem discutidos, e as palavras do Senador Jefferson Praia, que abordou com grande conhecimento as necessidades da Amazônia.

Diante disso, quero fazer apenas um registro: apesar da boa intenção do Congresso Nacional em comemorar o Dia da Amazônia e de ser este um dia tão importante para nós que somos da Amazônia, as pessoas que discutem e dão palpites nas coisas da Amazônia e que deveriam estar aqui não se fizeram presentes, não aproveitaram este momento para falar da Amazônia. Quem sabe o próximo encontro possa

ser feito no Estado do Amazonas, para que essa gente que tem interesse em discutir a Amazônia vá lá conhecê-la? Porque é muito fácil falar da Amazônia, uma Amazônia que se encontra praticamente abandonada, que precisa de atendimento na área de saúde, que precisa de melhoria na educação, que pede melhores condições de vida para os 25 milhões de habitantes que vivem ali apenas sendo exigidos sem nada a ser oferecido em troca.

Nós que representamos essa Amazônia queremos que o Governo atue mais e com seriedade, e não criando, como fez agora, um Fundo da Amazônia apenas para mostrar à imprensa, enquanto recurso, que é bom, não aparece. A Noruega disse que daria 1 bilhão. E onde está esse bilhão? Eu já vi o Ministro Minc deitar e rolar sobre esse bilhão, e não se vê a cor do dinheiro.

Ninguém na Amazônia quer desmatar. Nós queremos o desenvolvimento sustentável da Amazônia, mas, para isso, precisamos ter apoio. Rondônia, por exemplo, tem mais de 98% de sua área produtiva ocupada por pequenas propriedade. Fala-se muito das grandes fazendas da Amazônia, mas, no Estado de Rondônia, 98,2% dos proprietários de terra são pequenos proprietários, pessoas que vivem da agricultura e da pecuária, sob a égide desse código ambiental que quer prender todo mundo, que mantém um aparato da Polícia Federal, um aparato da polícia de segurança nacional para prender o cidadão que, junto com sua família, explora um pedacinho de terra, sua pequena propriedade.

E querem mais o quê? Forçar essas pessoas a saírem de suas pequenas propriedades e irem para os centros urbanos. Em vez de terem apoio para produzir de forma conjugada com a questão ambiental e com a garantia de ali poder permanecer, essas pessoas estão saindo do campo em razão desse malfadado código ambiental, uma legislação que o Congresso Nacional tem de mudar.

A Comissão Especial, tenho certeza, buscará essas mudanças, para que tenhamos um Código Ambiental que possa exigir preservação, mas sem matar, sem prender, sem usar de aparato policial, levando às escolas educação e aos cidadãos o aprendizado necessário para que não sejam afrontados por esse aparato policial hoje existente.

No mais, Srs. Senadores e Deputados, tudo já foi dito aqui pelo meu Líder, pelos Deputados e pelos Senadores que me antecederam, embora muito mais venha a ser proferido pelos que ainda vão dissertar sobre o tema.

Mais uma vez, lamento a Casa não estar lotada, porque pelo que representa a Amazônia, para mim e

para todos os brasileiros, deveria haver muito mais gente hoje nesta solenidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Ernandes Amorim, a Sra. Serys Slhessrenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Antes de passar a palavra à nobre Senadora Marina Silva, registro a presença do Superintendente do IBAMA do Maranhão, Sr. Alberto Chaves Paraguassu; do Subsecretário de Relações Institucionais do Governo do Distrito Federal, Sr. Ednewton Viana, e da Coordenadora do IBAMA Centro-Oeste e Superintendente do IBAMA do Distrito Federal, Srª Maria Silva Rossi. (*Palmas.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Tem V.Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a Senadora Marina Silva se dirige à tribuna, peço a V.Exª um minuto para solicitar, uma vez que todos têm compromissos – e já são 12h30min – que conceda o tempo de 10 minutos para cada orador.

Os autores do requerimento, sim, podem falar um pouco mais, mas o tempo dos demais oradores pode ser limitado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Tudo bem, Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Com a palavra a nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT – AC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, primeiro, quero dizer da minha satisfação de estarmos fazendo este debate nesta sessão solene em homenagem ao Dia da Amazônia, transcorrido no dia 5. Obviamente, é um momento importante em que cada Parlamentar sinaliza seu compromisso com uma das regiões mais importantes do Brasil.

Talvez nossos telespectadores, as pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado, quando dizemos que a Amazônia é importante para o Brasil em termos econômicos, sociais, ambientais, para o equilíbrio do nosso País e do planeta, não tenham ideia do que estamos falando de modo geral.

A Amazônia Legal tem 5 milhões de quilômetros quadrados, 24 milhões de habitantes, 220 povos, que falam mais de 180 línguas. É responsável por 9% da

água doce do planeta, 20 bilhões de toneladas de água são produzidas por dia na Amazônia, detém 22% das espécies vivas, 60% do potencial de geração de hidro-eletricidade. Além do mais, a Amazônia ocupa 64% do território nacional, 12% da população do Brasil e responde por 8% do nosso Produto Interno Bruto. Dezesseis por cento de seu território já foi desmatado, o que é uma tristeza para um dos biomas mais importantes do planeta. Esse desmatamento, durante um tempo, cresceu significativamente e contribui com cerca de 55% das emissões de gás de efeito estufa do Brasil, o que é muito relevante em termos de equilíbrio do planeta, negativamente falando, com essa quantidade de emissão de CO₂.

O desmatamento, que vinha crescendo desde 2001, passou a ter uma queda registrada, de 2005 a 2007, de 57%, e voltou a crescer em torno de 12%, em 2008 – e detectamos, ao final de 2007, que voltaria a crescer. Medidas energéticas foram tomadas, mas houve pressão de várias regiões da Amazônia, sobretudo de alguns setores do Pará – não da Governadora, que as apoiou – e dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, alegando que não havia necessidade das medidas. Quais eram as medidas? Suspensão do crédito para os ilegais, criminalização da cadeia produtiva, aumento da fiscalização e moratória nos 36 municípios. Mesmo com essas medidas, que diziam não serem necessárias, houve um aumento de 12%. Sem essas medidas, o desmatamento poderia ter aumentado de 30% a 40%.

Hoje, fico feliz porque elas foram adotadas durante a minha gestão, embora, alguns dias depois, eu tenha pedido para sair em razão das pressões para que fossem revogadas. E vejo que foram acertadas a minha saída e a manutenção das medidas, porque a sociedade brasileira deu respaldo político ao Presidente Lula para que as mantivesse.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Parlamentares, este é um dia para celebrar, mas também para ficarmos alertas. Não podemos mais persistir no modelo predatório da Amazônia, onde há, sim, espaço para a economia em todos os seus aspectos – a pecuária, a produção de grãos, o manejo sustentável, o turismo, o uso da biodiversidade – e para que os Governos Estaduais, juntamente com empresas, comunidades locais e trabalhadores de modo geral, possam desenvolver suas atividades produtivas de maneira diversificada, utilizando o melhor da sua tecnologia junto com a tradição das populações locais e tradicionais, para que a Amazônia não repita o que aconteceu em outras regiões.

Da Mata Atlântica, que ocupava 1,3 milhão de quilômetros quadrados, atualmente só há 7%. Na Amazônia, já há o desmatamento de 17% da floresta. E há

a desconfiança dos cientistas de que a diminuição das chuvas em alguns períodos, levando seca sobretudo à Região Sul ocorre em razão desse desmatamento. Se não tomarmos os cuidados necessários, segundo o Projeto Rios Voadores, poderá haver um processo de desertificação nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A Amazônia é fundamental para o equilíbrio e balanço hídrico do País. E não podemos matar a nossa galinha de ovos de ouro – metaforicamente falando. Mas, como ali existem 25 milhões de pessoas que precisam de saúde, educação, moradia e habitação, geração de emprego e renda, temos de criar opções. Quais são as opções? Obviamente, não podem ser as que aconteceram até agora. Temos de mudar, transitar para aquilo que chamamos, querida amiga Senadora Emília Fernandes, de modelo sustentável.

No caso da Amazônia é fundamental que haja incentivos para fazer essa mudança de modelo. Por exemplo, sair do manejo predatório para o florestal sustentável tem custos, que devem ser absorvidos pela produção. Mas não custa nada ter algum incentivo para que a produção florestal na Amazônia não se dê mais segundo o modelo anterior: garimpando árvore pela floresta, derrubando de forma indiscriminada, sem nenhuma tecnologia, sem orientação em termos técnicos, sem um plano de manejo e sem utilizar matéria-prima para agregar valor e gerar mais emprego e renda. Esse modelo não tem sustentação.

Por isso aprovamos no Congresso a Lei de Gestão de Florestas Públicas e o Serviço Florestal Brasileiro, a fim de que, em regime de concessão, seja possível utilizar corretamente os recursos florestais.

Não podemos continuar na velha lógica das culturas homogêneas de forma indiscriminada. Não há como a Amazônia se transformar apenas em produção de soja ou de pecuária. Não. Temos de intensificar a produção nos espaços abertos, porque há 165 mil quilômetros quadrados de área aberta abandonada ou semiabandonada.

O próprio Ministério da Agricultura disse que podemos duplicar nossa produção sem precisar derrubar mais uma árvore. Ora, se não é preciso derrubar mais nenhuma árvore, por que continuamos a derrubar? Exatamente porque não estamos lançando mão dos conhecimentos e das práticas inovadoras que já existem na EMBRAPA.

O Senador Expedito Júnior, do Estado de Rondônia, apresentou projeto que cria uma espécie de integração entre pecuária e lavoura, pecuária e floresta e pecuária, lavoura e floresta, que tem alta produtividade, não destroi a floresta, respeita a área de preservação permanente, a reserva legal e aumenta

significativamente a geração de emprego para a população da região.

Infelizmente, o projeto não foi aprovado na Comissão de Agricultura, teve apenas um voto favorável e 8 contrários. Desse jeito, vamos continuar fazendo discursos e declarações de amor pela Amazônia e, na prática, detonando as possibilidades de a Amazônia ter um outro futuro, o futuro com o desenvolvimento sustentável. Quando dizemos isso, muitas vezes, as pessoas ficam assustadas.

É claro que isso não vai acontecer de uma hora para outra, há um espaço para transitar da velha para a nova economia, mas esse trânsito precisa acontecer. O problema é que estamos perdendo muito tempo querendo mudar a legislação ambiental para voltar ao velho padrão. Não é possível voltar ao velho padrão. Lamento, mas não há como voltar ao velho padrão. Temos de, em lugar de mudar o teste, passar no teste. E, aí, o desafio é para grandes e pequenos. Muitas vezes, as pessoas escondem-se atrás dos pequenos para justificar a contravenção dos grandes, e, às vezes, os pequenos usam os grandes na ideia de que, se os grandes não são fiscalizados, também têm direito. É preciso que todos possam buscar novas alternativas. Para os pequenos, há a alternativa, sim, de usar o Fundo Amazônia, de que o Deputado Ernandes Amorim falou, para o pagamento por serviços ambientais. O Fundo Amazônia tem, sim, 1 bilhão de dólares. Negociei esses recursos pessoalmente com o Governo da Noruega, com o Ministro Erik Solheim. Conseguimos 1 bilhão de dólares para o Brasil, mas, ao todo, são 20 bilhões que eles estão disponibilizando para salvar florestas tropicais em todo o mundo: em Papua-Nova Guiné, na Costa Rica, na Malásia, na Indonésia, enfim, em todos os países que têm floresta tropical; no caso do Brasil, destinaram 1 bilhão.

Usando a linguagem do Deputado Amorim, pergunto: por que é difícil “ver a cor do dinheiro”? Ocorre que, para receber os recursos, tem-se de diminuir o desmatamento, porque, ao diminuir o desmatamento, diminui a emissão de CO₂. Havendo essa diminuição, apresentam-se os projetos, e, com isso, consegue-se “ver a cor do dinheiro”. Se continuarmos derrubando, queimando e destruindo a floresta, não teremos como acessar os recursos, porque o pagamento é para serviços ambientais, inovação tecnológica, novas práticas, fazer com que não usemos mais as coívaras, como ocorria antigamente.

O Fundo Amazônia não deve contar apenas o dinheiro da Noruega. Ainda ontem conversei com um Embaixador francês, e ele perguntou como podiam fazer para ajudar nos esforços brasileiros em prol da redução do desmatamento e da emissão de CO₂? Sugeri

que fizessem o mesmo que a Noruega, ou seja, que aportassem recursos no âmbito do Fundo Amazônia, do BNDES. E ele se referiu a uma dificuldade. Segundo ele, a forma como o Fundo está concebido ainda não esclarece bem como serão feitas as prioridades.

Obviamente, ele tem razão. Mas a concepção do Fundo é a melhor possível. Por quê? Se o desmatamento diminuir, há acesso aos recursos, mas quem determina as prioridades é o Governo brasileiro, e sem nenhum tipo de interferência. O Governo da Noruega não pode determinar que o dinheiro vai para serviço ambiental, para inovação tecnológica, para fazer ordenamento territorial ou para qualquer atividade. A decisão é do Governo brasileiro. Se os resultados não forem obtidos, não há acesso ao recurso, e não há nenhum tipo de ingerência.

Pensamos isso exatamente para esvaziar o argumento que sempre surge quando tentam nos ajudar a diminuir desmatamento, ou seja, o argumento da internacionalização, segundo o qual eles já destruíram e, agora, não querem que destruirmos os nossos recursos e que também temos o direito de fazê-lo. Essa é a pior das reivindicações. A reivindicação que temos que fazer é: transfiram tecnologia, recurso e conhecimento, para que não venhamos a repetir o erro que vocês praticaram. Temos de fazer uma reivindicação inteligente, porque não há mais como repetir como eles fizeram, e a ciência já diz que, se destruirmos o que resta de floresta tropical no mundo, vamos criar seriíssimos problemas em termos do regime hídrico do Planeta.

Se só a Amazônia é responsável por 26% de toda água doce que é lançada nos oceanos, imaginem todas as florestas tropicais do Planeta? Não há como fazermos essa opção de reivindicar, fazer o que eles fizeram com suas florestas, mas podemos reivindicar apoio para proteger as nossas, sem prejuízo do nosso desenvolvimento econômico.

Tivemos um workshop promovido pela ONG Amigos da Terra, recentemente em São Paulo, em que foram mostrados os resultados impressionantes a que chegaram algumas fazendas lá no meu Estado do Acre, que estão trabalhando já com essa idéia de integração lavoura/pecuária/floresta e assim por diante. Eles chegaram à conclusão de que essas fazendas têm maior produtividade. A pecuária tradicional gera um emprego a cada 400 hectares. Nas fazendas mais sustentáveis, essa produção é de um emprego para cada 80 hectares, e com todos os trabalhadores registrados de acordo com a CLT. Nos 70 milhões hectares de pastagens, poderíamos ter empregada toda a população regional. No entanto, como é baixa a produtividade, ou seja, um

emprego por 400 hectares, há uma grande quantidade de área e pouca empregabilidade.

Uma outra diferença entre uma fazenda convencional e uma fazenda sustentável é que o animal chega para o abate com metade da idade. Como o período de abate é bem menor do que o da pecuária convencional, a emissão de metano por quilograma de carne consumida também é reduzida à metade, ou seja, diminui inclusive a emissão de metano, considerado o pior gás de efeito estufa.

Em termos ambientais há uma diferença significativa: há respeito pela reserva legal e pelas áreas de preservação permanente. No entanto, a produtividade é 3 vezes maior do que numa fazenda normal, em que o índice é de 0,9 cabeça por hectare. Então eu acho que temos de apostar nessas novas alternativas. Essas fazendas estão utilizando tecnologia da EMBRAPA, uma tecnologia que já existe e é possível. E é possível para todos os outros segmentos da área econômica.

Quero concluir, Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Senador Raupp, dizendo que, ao celebrarmos o Dia da Amazônia, que foi no dia 05, devemos dar um pouco de credibilidade ao nosso consenso oco. Todo mundo defende a Amazônia. Mas como se traduz isso na prática? Do ponto de vista prático, no meu entendimento, há uma diferença entre querer uma Amazônia sustentável e transferir 67 milhões de hectares de floresta sem os critérios necessários para se separar o ilegal do legal. Há uma certa contradição quando nos orçamentos do Governo não estão priorizados os recursos necessários para fazer essa mudança que todos queremos ver. Há contradição quando um projeto de lei que nós aqui no Senado aprovamos está há 3 anos na Mesa da Câmara dos Deputados. E sei que não é culpa da Deputada Rebecca, nem da Deputada Vanessa Grazziotin, nem dos vários Deputados da Comissão da Amazônia que têm trabalhado para viabilizar o FPE Verde, que é uma reserva do Fundo de Participação, da ordem de 2%, sendo que 1,5% vem do Sul e do Sudeste e 0,5% do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Composto o Fundo, ele é distribuído proporcionalmente às áreas preservadas no País para apoiar as atividades produtivas sustentáveis que mencionei.

Pois bem. Essa proposta está há 3 anos na Mesa e não é votada. A bancada da Amazônia precisa organizar uma verdadeira força-tarefa para aprovarmos um projeto como esse, porque senão vamos ficar no consenso oco.

Estou terminando o meu segundo mandato no ano que vem. São 16 anos defendendo o projeto no Dia da Amazônia. São 16 anos defendendo o projeto de acesso aos recursos genéticos no Dia da Amazônia. E

todo mundo é a favor da proposta, todos são contra a biopirataria, contra o desmatamento, mas não conseguimos transformar isso em atitude prática, em atitude concreta. E não estou endereçando essas palavras especificamente a ninguém. Eu estou chamando à responsabilidade as duas Casas do Congresso Nacional, os 81 Senadores, entre os quais me incluo, e os 513 Deputados. Mas é muito doloroso ficar 16 anos ouvindo que é fundamental termos apoio para o uso sustentável da biodiversidade, combater a biopirataria e não termos o instrumento legal para viabilizar um mecanismo tão importante para valorização e proteção das florestas, geração de emprego, estímulo à pesquisa, geração de conhecimento e inovação tecnológica.

A Amazônia não é um problema; é uma solução. Talvez o problema sejam as políticas inadequadas, a forma inadequada com que a manejamos até hoje. Uma boa parte do tempo porque não sabíamos, mas, se continuarmos agindo do mesmo jeito, não será mais por que não sabemos, mas porque não queremos, e não temos o direito de não querer fazer a mudança de que o Brasil e o mundo precisam.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero destacar a presença da Embaixadora da Suécia, Exm^a. Sr^a Annika Markovic; do Embaixador de Portugal, Exm^o Sr. João Salgueiro, e do Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia, Ilm^o Sr. Manuel Picasso.

Também destaco a presença da Deputada Federal Emilia Fernandes e da Presidenta da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Governo do Estado do Amazonas, Nafice Bácry. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Deputado, pela liderança do PMDB, Lupércio Ramos.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Jefferson Praia, autor da propositura de realização desta solenidade neste momento tão importante para a nossa região; eminente Deputado Silas Câmara, Presidente da Comissão, em nome de quem saúdo os demais Deputados Federais; Sr^ss e Srs. Senadores presentes, especialmente os valorosos Senadores da Amazônia; Magnífica Reitora da Universidade do Estado do Amazonas, vou ser rápido atendendo à recomendação dos Srs. Senadores.

Quero entrar nesse debate do consenso oco abordado pela Senadora Marina Silva. Será muito importante que todos passem a ter a visão de que todos nós queremos preservar a Amazônia, de que todos somos contra o desmatamento, mas na Amazônia estão 25 milhões de pessoas, e a Amazônia é uma

região importantíssima para o País e para o mundo. Como consequência, todos entramos nesse debate do consenso oco.

Além disso, parabenizo as Sr^{as} e os Srs. Senadores e Deputados por este momento, por esta reunião especial em que celebramos o Dia da Amazônia, 5 de setembro, que também, por coincidência, há muito mais tempo é o Dia do Amazonas e transcorre na Semana da Pátria. Por tudo isso, é um dia muito importante para que se pense, para que se discuta a Amazônia, mas, sobretudo, a partir de agora, para que se planeje o desenvolvimento e o futuro da nossa região.

Iria fazer alguns comentários sobre a importância de todo o debate em torno da Amazônia, mas acho que agora isso seria desnecessário. Quero simplesmente deixar alguns questionamentos para a nossa reflexão. E, quando digo nossa reflexão, refiro-me à reflexão da bancada da Amazônia.

Recentemente, tivemos uma reunião na Câmara com a bancada dos Deputados Federais da Amazônia. Neste momento, não só a região é de suma importância para nós, mas também a bancada da Amazônia é de suma importância para a região. É da maior importância para o destino da Amazônia o envolvimento como um todo de sua bancada.

Temos uma série de projetos em andamento no Congresso Nacional, de mudanças climáticas, de fundos, pagamentos sobre serviços ambientais. Temos uma série de proposituras, mas que estão soltas, voando, não estão conectadas. Não existe, de fato, um projeto acabado, um pacto definido pela Amazônia, um arcabouço arquitetado pelo próprio Governo.

Se me refiro aqui a consenso oco, este parte do Governo. Há muitas ações, algumas conflitantes, algumas divergentes. É preciso um esforço enorme por parte do Congresso Nacional, para que não só possamos discutir, como agir, de forma a organizar todo um procedimento legislativo, um processo de leis. As coisas precisam acontecer e não ficar simplesmente no plano do debate no Congresso Nacional.

Então, primeiro, pergunto: o que levaremos para Copenhague com relação à Amazônia? A Amazônia está no eixo do debate, da discussão. O que levaremos para este grande debate internacional sobre as questões da Amazônia? E o que traremos de Copenhague?

Já falamos aqui, Deputado Silas Brasileiro, que no Amazonas temos um experimento em que acredito. O nosso próprio Governador Eduardo Braga, pessoa que se tem projetado nesta questão ambiental, de fato tem levado a cabo os efeitos à população ribeirinha, especialmente, do Bolsa-Floresta.

Não me parece ainda ser o projeto acabado. Antes de tudo, a meu ver, é um projeto pedagógico que já se iniciou. Temos no Amazonas um projeto pedagógico, a partir do qual poderemos avançar muito.

Debatemos questões de mudanças climáticas, serviços ambientais, composição de fundo e pré-sal. Vamos ter um fundo social, recursos para o meio ambiente, para a educação, então, vamos esperar o pré-sal para melhorar a educação na nossa região?

O primeiro passo, Srs. Deputados, Srs. Senadores, para este grande pacto pela Amazônia é a educação. Há um grande vazio na educação na nossa região.

O que o Governo está fazendo? Quero dizer que não se trata de paternalismo de nossa parte, de esperarmos que o Governo faça. Mas, se o Governo não fizer, quem o fará? O que o Governo está fazendo pela educação básica na Amazônia? O que Governo está fazendo para a ampliação da educação de nível superior na Amazônia?

Agora mesmo, nossa querida Sr^a Marilene, estivemos na região do Alto Solimões e percebemos o quanto a juventude anseia, o quanto a juventude espera por uma oportunidade na educação de nível superior.

Se não começarmos pela educação na nossa região, de nada adiantará o esforço. Temos de trazer os 25 milhões de amazônidas a este debate, para que sejam nossos parceiros, senão, vamos estar sempre aqui falando como se fôssemos os doutores do conhecimento, e toda uma população, de braços cruzados, à espera da nossa decisão.

Então, é preciso educação, saúde, ciência e tecnologia e emprego e renda.

Eminente Presidente, Senador Jefferson Praia, agradeço a oportunidade.

Em nome do nosso querido Estado do Amazonas, parabenizo V.Ex^a, o todos os Parlamentares da bancada da Amazônia e todo o Congresso por esta sessão especial.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Destaco as presenças do representante do Governo do Estado do Piauí, Sr. Roberto John Gonçalves da Silva, e do Deputado Federal pelo PT de Goiás, Pedro Wilson. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia; o Sr. Deputado Silas Câmara; a Magnífica Reitora da Universidade do Amazonas, Prof^a. Marilene Correa; o Sr. Álvaro Tucano, representante da FUNAI; as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares.

Foi muito feliz, Sr. Presidente, a iniciativa de V.Ex^a e do Deputado Silas Câmara, amazônicas como eu, de propor a realização desta sessão especial do Congresso em comemoração ao Dia da Amazônia, celebrado anualmente em 5 de setembro.

São de amplo conhecimento público a dimensão e a importância da Amazônia. Abrangendo dois quintos da América do Sul e metade do território brasileiro, a Amazônia se estende pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Ocupada por uma densa floresta tropical e riquíssima em biodiversidade e recursos naturais, a Amazônia é, sem sombra de dúvida, o maior patrimônio da Nação brasileira, o que aumenta, e muito, a nossa responsabilidade para com sua preservação e exploração sustentável.

Felizmente, o Brasil acordou para a importância de manter a floresta de pé. Todos sabemos, porém, que para isso é imperioso fornecer alternativas viáveis de sobrevivência para os cidadãos da região.

Parlamentar de Rondônia que sou, sei muito bem o drama social em que vive grande parte da população do Norte do Brasil, encravada entre a preservação ambiental e a derrubada da floresta, sem qualquer alternativa intermediária.

Estão aqui presentes o Deputado Estadual Ezequiel Neiva, o Prefeito Kleber Calisto de Souza, da cidade de Cerejeira, o Prefeito Vitorino Cherque, da cidade de Mirante da Serra, do meu Estado, que sabem muito bem, assim como todos aqueles que moram na Amazônia, o que estou falando.

Isso reforça a importância da presença do Estado na região. O Estado tem-se feito presente! A forte atuação do Governo Federal no combate ao desmatamento vem dando resultados. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE divulgou recentemente os níveis de desmatamento do mês de julho: 836 quilômetros quadrados. Mesmo sendo o maior desmatamento do ano, o número é o menor desde 2003. No acumulado de 12 meses, o desmatamento é o menor desde 2004.

A expectativa para 2009 é de que o desmatamento deverá ser o menor já visto em 20 anos, o que confirma o sucesso do Estado em combater a chaga da exploração predatória da Amazônia.

Todos sabemos, Sr. Presidente, que o desmatamento zero é o grande objetivo, mas que ele só será possível com uma política realista para a região amazônica, que ofereça alternativas econômicas viáveis para o desenvolvimento da região e para a sobrevivência das populações que lá habitam.

O estímulo da indústria extrativista sustentável é uma dessas soluções, assim como a regularização fundiária definitiva das terras amazônicas.

A Senadora Marina falou muito bem aqui que apoiou aquele projeto de exploração da madeira, mas de uma forma sustentável, com planos de manejos, em 30 anos, prorrogáveis por mais 30. É essa a forma de explorar de forma sustentável a nossa Amazônia.

Regularizar o que já existe para preservar a floresta remanescente me parece a melhor alternativa para manter a viabilidade da agropecuária na região, sem, no entanto, permitir o avanço predatório da fronteira agrícola e das áreas de pastagem.

A expansão agrícola, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não foi de todo ruim. Saímos, há pouco mais de 10 anos, de um salário mínimo que comprava apenas 0,6% de uma cesta básica. Hoje, um salário mínimo compra mais de 2 cestas básicas. Isso, fruto do avanço da agricultura, das novas tecnologias, e também um pouco da expansão da agricultura e da pecuária no nosso País, senão o nosso povo da cidade estaria pagando caro a comida ou importando a comida que hoje é consumida em todo o Brasil. Então, o aumento dos índices de produtividade no nosso País e, em parte, a expansão da agricultura e da pecuária não foram de todo ruim, foram benéficas, para que o nosso povo dos grandes centros, os trabalhadores urbanos, pudesse comer um pouco melhor. É isso o que está acontecendo, a cesta básica hoje está barata.

Defendemos hoje o desmatamento zero porque entendemos que já avançamos o que tínhamos de avançar, mas os 9 Estados da Amazônia ainda preserva 83% das suas florestas. Então, não adiantam os ecologistas, os “ecochatos”, como são chamados aqueles que vivem com uma pasta na mão, viajando por todo o mundo e vivendo do discurso sobre o meio ambiente, sobre ecologia, quando na verdade não conhecem o que conhecemos da Amazônia; eles não sabem que lá estamos preservando 83% da floresta, enquanto eles só sabem fazer discurso.

Se fosse para fazer isso, este plenário estaria cheio, Senador Mozarildo. Se fosse para bater na Amazônia, para agredir, para achincalhar o povo da Amazônia, este plenário estaria lotado. No entanto, desde o começo, ele está quase vazio. É isso que temos de observar, que os veículos de comunicação têm de observar também e nos ajudar.

Queremos o desmatamento zero, mas queremos que o nosso povo continue produzindo. Queremos o desmatamento zero com sustentabilidade, para que aqueles que já estão ocupando a terra onde, já está consolidado, ali permaneçam produzindo. É claro, vamos reflorestar as margens de rios, as nossas APPs,

as nossas encostas de morro onde possa haver problema de erosão, as nossas nascentes, para preservar as nossas águas, mas vamos respeitar aqueles que estão produzindo.

Não podemos admitir a condenação do povo da Amazônia pelo passado, porque no passado o IBAMA não orientava. No passado, o INCRA assentava as pessoas e dizia: trabalhem, façam benfeitorias. E isso foi feito. Poderemos até, Sr^{as}s e Srs. Deputados e Senadores, ser condenados pelo futuro. Daqui para a frente, sim. Temos consciência ambiental, os órgãos ambientais estão orientando, prevenindo. Não aceitamos ser condenados pelo passado.

Então, defendemos, com determinação, o desmatamento zero na Amazônia, mas queremos que as terras já liberadas, já consolidadas, sejam respeitadas. A regularização fundiária também é uma ferramenta importante para preservar a floresta. O IBAMA não tem como acompanhar, expedir uma licença ambiental, se as terras não estiverem regularizadas, não estiverem escrituradas. Precisamos dos documentos da terra, precisamos do ordenamento jurídico na Amazônia – e não só na Amazônia, como no País. Assisti ontem a uma verdadeira aula do Governador de Santa Catarina, meu companheiro de partido, Luiz Henrique, sobre o código ambiental daquele Estado. Vejam bem, fiquei surpreso – sou catarinense. Estou há 31 anos em Rondônia, mas nasci no sul do Estado de Santa Catarina; saí de lá muito jovem ainda. Eu não tinha esses dados: Santa Catarina preserva 44% das suas florestas nativas, fora os 7% de reflorestamento. As florestas chegam a quase 50% do Estado de Santa Catarina. O Brasil está hoje entre os 3 países do mundo que mais preservam. O primeiro é a Rússia, segundo é o Brasil e o terceiro é o Canadá. Como vamos ser condenados pelo aquecimento global? De forma alguma. Se pararmos de derrubar agora estaremos preservando 54% de todas as nossas florestas, mais de 50% de um país de dimensões continentais como o Brasil, em que cabe toda a Europa e mais um pouco. Não podemos ser condenados pelo aquecimento global.

Quanto ao extrativismo, precisamos investir na elaboração de planos de manejo das áreas florestais, separando aquelas áreas consideradas intocáveis que devem, sim, existir. Defendemos que as reservas indígenas, os parques, as áreas biológicas, as florestas biológicas e os parques nacionais têm de ser intocáveis mesmo, mas as reservas de extrativismo devem ser liberadas para a extração de madeira.

Em outras áreas onde é ecologicamente viável a exploração de recursos naturais muito ainda há que se fazer, é verdade, porém não há como negar que temos avançado, e muito, na questão do desenvolvi-

mento socioeconômico e na preservação ambiental da Amazônia.

Neste dia em que comemoramos o Dia da Amazônia, eu gostaria de reafirmar o meu compromisso inafastável com a região. Acredito plamente que o melhor caminho para a Amazônia é apostar no desenvolvimento sustentável, o que implica promover o crescimento econômico sem descurar da preservação do nosso imenso patrimônio natural.

É por isso, Sr. Presidente, que sempre lutei, e é para isso que continuarei lutando aqui na tribuna do Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wandenkolk Gonçalves. (*Pausa.*)

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, demais autoridades que nos honram com este momento histórico no Congresso Nacional.

Permita-me, Sr. Presidente, fazer um cumprimento especial ao Deputado Federal Silas Câmara, que considero a mais prefeita tradução do homem amazônida. Orgulho-me muito em ser também um homem amazônida.

Eu estava numa reunião tão importante quanto esta, Sr. Presidente, fruto de uma convocação nossa ao Ministro da Reforma Agrária, na Comissão de Agricultura, da qual sou Presidente, discutindo temas amazônidas, e fui urgentemente convidado e convocado pelo meu Líder José Aníbal, do PSDB, para estar aqui, neste momento de muita honra para todos nós.

Imaginava eu, Sr. Presidente, ao deixar aquela Comissão, que iria chegar no plenário e na tribuna do Senado Federal e assistir de maneira alegre e honrada um plenário totalmente lotado por aqueles, entre aspas, “amazônidas” que a cada dia dão um teco, na maioria das vezes equivocados, a respeito da nossa região. Não foi o que encontrei. Onde estão todos eles, aqueles que a cada dia pregam e apregoam alternativas mirabolantes para a nossa região? Onde estão aqueles que nos engessaram, que não nos dão oportunidade de buscar o tão propalado desenvolvimento sustentável? A mesma caneta que nos engessa não nos dá a alternativa do desenvolvimento sustentável.

Tínhamos uma Ministra, por exemplo, genuinamente amazônica, do Meio Ambiente, Senadora da República, que foi trocada por um Ministro genuinamente carioca. Qual é o compromisso com a Amazônia? Onde estão as políticas públicas voltadas para a Amazônia? É só comando, só controle, só coerção, só prisão, só desmando, enfim, e não chegamos a nada.

V.Ex^a, Deputado Silas Brasileiro, com a Reitora da Universidade, orgulham-se, por exemplo, de sediar em Manaus a Copa do Mundo. Ora, a Constituição diz que temos de diminuir as diferenças e as desigualdades regionais. Por que essa Copa não foi totalmente voltada para a Amazônia, para fazermos realmente a Copa verde? Aí, sim, teríamos políticas públicas que poderiam nos ajudar avançar na geração de emprego e renda e, automaticamente, preservar a floresta, como todos apregoam todos dias.

No dia 5 de setembro, comemoramos o Dia da Amazônia. Comemorar o quê? O que nós, amazônidas, temos a comemorar? O engessamento? A obrigação e a obrigatoriedade do comando internacional para preservação? Estamos vivendo um dilema. Transitamos do inferno verde para o pulmão do mundo. Hoje, somos a salvação para todos os males no que diz respeito ao aquecimento global.

Inventaram um fundo, o Fundo da Amazônia. A Ministra Marina falou com muita propriedade. Mostrem um centavo do Fundo da Amazônia disponibilizado para a Amazônia.

Tínhamos um Ministro, Mangabeira Unger, que esteve lá na Comissão da Amazônia, levado por V.Ex^a, e apresentou um projeto a todos nós denominado Amazônia Sustentável. Quando nós, os amazônidas, nos entusiasmávamos pela implantação do tal projeto, na calada da noite, demitiram o Ministro.

O Governo não tem um projeto sequer para a Amazônia. Eu desafio: mostrem um projeto para a Amazônia sustentável. Preservar, produzir?! Estamos vivendo um dilema na região: é para preservar produzindo ou para produzir preservando?

E falam do meio ambiente! O ambiente que não considera o homem, para este Parlamentar, é apenas meio ambiente, Deputado, é apenas a metade do ambiente. O que vamos fazer com as 25 milhões de pessoas, aproximadamente, que vivem na Amazônia?

Tivemos agora o Fórum Social Mundial lá em Belém do Pará. Vejam nas estatísticas oficiais do Governo os recursos foram passados para aquele fórum. Poderíamos ter estruturado Belém para ser, realmente, a metrópole da Amazônia e nos orgulhar todos, paraenses e amazônidas, de ter uma Capital com alternativas, principalmente um polo turístico representativo.

Agora mesmo, na Comissão da Amazônia, foi rejeitado um projeto do Senador Flexa Ribeiro, que buscava uma alternativa para Santarém, no nosso Estado – V.Ex^a sabe disso –, criando uma ZPE, a fim de dar uma alternativa de emprego e renda ou para essa alternativa de inclusão social.

Não sei o que querem fazer com a Amazônia. Somos convidados hoje para vir comemorar o Dia da

Amazônia. Só iremos comemorar o Dia da Amazônia quando nós, os amazônidas, definirmos nosso próprio destino.

Qual é o compromisso do Governo brasileiro com a COP-15? Ninguém sabe – eu, pelo menos, não sei. Desafio os Senadores, se é que sabem, ou o Congresso Nacional, a nos passar. Qual foi o compromisso do Governo brasileiro quando assinou o documento do Fundo da Amazônia? Qual o compromisso com a Amazônia? Cadê os recursos dos leilões dos bois piratas feitos pelo Ministro Calos Minc? Foram para onde? E das madeiras aprendidas e leiloadas? Foram para onde? Mostre como é que retornou em favor da nossa gente e em favor do nosso povo.

Agora vem mais um mote do Governo – midiático, por sinal: o pré-sal. Alguém já ouviu a sugestão de tirar 10% desse tal de pré-sal e investir na Amazônia? Não existe essa discussão.

Não vamos sair desse triste estado de IDH mais baixo do Brasil, em alguns municípios, se não investirmos – e a Reitora sabe disso – principalmente na educação.

O meu Estado, Reitora, tem apenas 2 universidades, totalmente sucateadas, enquanto Minas Gerais tem 14. Observe a distância. Como vamos avançar no nosso desenvolvimento? Cadê as tecnologias? Onde está a EMBRAPA, onde estão os centros tecnológicos, para que posamos chegar em um tribuna como esta e falar com propriedade que a Amazônia tem de ir por esse ou por aquele caminho em favor da nossa gente?!

Por isso, o meio ambiente que não considera o homem é só meio ambiente, é só a metade do ambiente. Quero falar sobre o ambiente todo, que inclui o ser humano. Um país não pode ser sério se dá mais importância a um tatu do que a um homem. Essa é a realidade amazônica.

Então, precisamos trazer essa preocupação, todos nós, os amazônidas com assento aqui no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal – Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Flexa Ribeiro, um defensor mordaz, audacioso no que diz respeito às questões amazônidas e competente; Senador Flexa Ribeiro, de quem me orgulho. Precisamos apostar naquilo que todos dissemos. Fiquei triste com o fato de a Senadora Marina Silva não estar presente neste momento.

Onde estava o Ministro Carlos Minc, que foi fundador do PV e hoje está no PT? A Senadora Marina Silva, que era do PT e hoje está no PV. Onde estavam os Carlos Mincs, com 20 anos no PV, que deixaram destruir 95% da Mata Atlântica? Morando em Copacabana. Vem, agora, ditar regras e normas para nós

amazônicas? Alto lá! Pare! Temos inteligências, temos experiência, temos intelectuais, principalmente na Academia, que podem fazer o tão sonhado e tão propalado desenvolvimento sustentável. Apostamos nisso, acreditamos nisso.

É muito cômodo, Sr. Presidente, e muito fácil ficar sendo pago para contemplar uma árvore. Isso é muito fácil! É muito mais fácil que criar boi, plantar soja, trabalhar com fruticultura – isso é complicados. Contempla e desemprega 20 milhões de brasileiros. E esses brasileiros vão para onde?

Vamos ficar lá na Amazônia, resistindo, mostrando a nossa importância. Temos de ser reconhecidos. O divisor de águas para o Governo brasileiro, para o País e para a Amazônia será a COP-15. Temos de chegar lá com projetos concretos e definidos em favor da Amazônia. Aí, sim, eu tenho certeza de que o Brasil daqui será diferente do Brasil de lá. Temos de sair do Brasil de Brasília para os Brasis da Amazônia.

Obrigado e um forte abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero destacar as presenças do nobre Senador Flexa Ribeiro; do Deputado Estadual Ezequiel Neiva, de Rondônia; do Prefeito do Município de Mirante da Serra, em Rondônia, Exmº Sr. Vitorino Cherque; do Prefeito do Município de Cerejeiras, também em Rondônia, Exmº Sr. Kleber Calisto de Souza. (*Palmas.*)

Peço compreensão a todos, pois temos ainda 8 oradores inscritos. Devido ao horário, não poderemos conceder 10 minutos a cada um. Portanto, daqui para frente, peço que utilizem 5 minutos. Claro que não interromperei a palavra de ninguém, mas seria importante todos fazerem seus pronunciamentos

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra à nobre Deputada Rebecca Garcia.

A SRA. REBECCA GARCIA (PP – AM. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia; nobre Deputado Silas Câmara, companheiro de bancada do Estado do Amazonas; MM. Reitora Profª Marilene Corrêa, que tem levado educação às partes mais distantes do nosso Estado – e sabemos que, quando se trata de Amazonas, distante significa distante mesmo; querido amigo Álvaro Tucano, companheiro de batalha; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; senhoras e senhores presentes.

Hoje, estamos aqui para comemorar o Dia da Amazônia, 5 de setembro, uma data recente no calendário cívico brasileiro, instituída e escolhida em função da elevação do Amazonas à categoria de Província, assinada por Dom Pedro II em 1850. Hoje, tem novo significado, nova representação e nova força, em função

de todo esse debate mundial sobre a questão sustentável, do qual a Amazônia é pano de fundo.

O Amazonas, cuja história nos explica essa data, o 5 de setembro, possui 98%, como já foi dito, das suas matas preservadas e 99% de sua água doce praticamente intocada.

Isso é muito importante, quando pensamos em um mundo onde, na China, o famoso Rio Pó, antes de chegar ao oceano, é praticamente todo consumido – bebido. Precisamos, sim, nos preocupar com as nossas águas, que parecem infundáveis, mas não o são. Temos de tratar das nossas águas também.

Todos conhecem a importância da Amazônia e do Amazonas, nesse contexto, para a humanidade. Há fartura de dados, baseados em estudos científicos e publicações de todos os matizes a respeito.

O que vale enfatizar, num momento como este, em que o País rende esta homenagem, é como conseguimos chegar à preservação desse manancial no Estado do Amazonas.

Os ecologistas já conseguiram desvendar a razão básica da poluição. O meio ambiente tem uma determinada capacidade de processar os dejetos humanos, e nos lugares do mundo onde a população cresceu demasiadamente, essa força natural se esgotou.

No Amazonas, senhores e senhoras, o caboclo, o habitante do interior, sofreu muito para que a floresta e a água fossem preservadas.

A população amazonense, hoje, segundo os censos e projeções do IBGE, é de apenas 3 milhões 221 mil 939 habitantes.

Manaus concentra quase tudo: indústrias, desenvolvimento e até população, com perto de 1 milhão e 650 mil habitantes, ficando os outros 61 municípios amazonenses com os 2 milhões e 570 mil habitantes.

Ora, num Estado com mais de 1 milhão e 570 mil quilômetros quadrados, é fácil imaginar a solidão do caboclo, o homem que vive em contato direto com a natureza. Foi esse homem que, afastado de tudo, aprendeu a conviver com árvores, peixes e animais, retirando da natureza apenas o necessário para a própria sobrevivência.

Esse homem, o caboclo, não tem hospital, escola, vacina, sequer tem um motor para cruzar os rios, sendo obrigado a fazê-lo a remo, em pequenas canoas, com as quais percorre a imensidão do Rio Amazonas e seus afluentes.

Para ele, programas como o Bolsa-Família e o seguro-defeso, que oferece recursos para a subsistência dos pescadores na época do defeso – que atravessa os meses de dezembro a março – não existem. Ele raramente tem rádio e menos ainda TV; tampouco

conta em banco. Não sabe o caminho das pedras para se inscrever nesses programas. O caboclo, na maioria das vezes, está nas trevas do analfabetismo, não sabe escrever ou ler.

É esse homem, senhoras e senhores, que estamos homenageando no momento em que comemoramos o Dia da Amazônia. O caboclo puro, a mistura do branco com o índio, fixou-se no DNA do povo do Amazonas e de todos os Estados da Amazônia.

Outro fator importante para a preservação da floresta foi a concentração da mão de obra amazonense e de parte dos Estados vizinhos nas fábricas sem chaminé do pólo industrial de Manaus, o PIM. De outra forma, essa força de trabalho estaria concentrada na exploração direta da floresta e dos rios, como se vê hoje nas margens do Município de Manacapuru, nas proximidades de Manaus, onde a pesca está se tornando cada dia mais industrial e varre as águas mais profundas do Rio Solimões em busca dos cardumes maiores e com maior valor na exportação.

Aqui abro um parêntese, Sr. Presidente, para lembrar da nossa reunião hoje com a Superintendente da SUFRAMA, para tratar das questões dos recursos contingenciados. A nossa Superintendente, junto com a bancada federal e com o Governador do Estado, Eduardo Braga, tem-se debruçado para que sejam esses recursos liberados. Afinal de contas, é um direito da Amazônia.

Assim, quando defendemos as vantagens comparativas do pólo industrial de Manaus, estamos defendendo também a floresta amazônica.

O Amazonas, senhoras e senhores, está se preparando para fazer da Copa do Mundo de 2014 uma grande vitrine brasileira na defesa da Amazônia. Sim, o Estado mais verde do Brasil vai mostrar à imprensa e aos dirigentes internacionais que vierem para aquele evento de grande magnitude o quanto é importante desenvolver de forma sustentável essa parte do globo.

Preservar a floresta amazônica é uma missão da qual já mostramos que nos desincumbimos bem. O que queremos agora é que esse serviço à humanidade tenha a justa paga.

O Amazonas precisa de infraestrutura. A Internet banda larga, por exemplo, ainda não chegou ao Amazonas. Os preços praticados pelas operadoras são uma vergonha nacional, bem acima do cobrado em qualquer outro Estado brasileiro, enquanto a velocidade, na maioria das vezes, fica abaixo daquela que existia no tempo da Internet discada. O acesso à rede internacional de computadores é uma grande brecha, um descaso do Brasil para com o Amazonas.

Vale destacar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, graças à organização e ao

esforço do Governo Eduardo Braga, começou a abrir as portas para financiar a recuperação ambiental no Amazonas. Está em andamento, com recursos do BID, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, que tem feito uma verdadeira revolução em Manaus, retirando palafitas das margens e saneando cursos d'água.

É pouco, ainda, porque o Amazonas precisa de mais, e com urgência, para conseguir recuperar o que já foi perdido em água doce, nos Igarapés de Manaus, a maior parte dos quais está poluída.

O Amazonas é um Estado que simboliza todos os demais da Amazônia: território imenso, população pequena, desenvolvimento mínimo.

A Amazônia é um patrimônio nacional, tanto no que concerne à floresta amazônica quanto à água doce. Não cabe apenas ao Governo Estadual pensar em Amazonas e Amazônia. Os recursos federais são necessários para o desenvolvimento dessa região.

A Amazônia é um patrimônio nacional, repito. Por isso a comemoração hoje não é apenas dos amazônicas, mas de todos os brasileiros.

Vivam os guardiões da floresta e da água! Viva o caboclo! Viva o índio! Viva o brasileiro, o amazônida, o amazonense, o paraense, o acreano, o roraimense, o rondoniense e o amapaense.

Viva o amazônida do Brasil!

Parabéns a todos pelo 5 de setembro!

Sr. Presidente, solicito a V.Exª divulgação do meu discurso pelo programa **A Voz do Brasil** e demais órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Senador Jefferson Praia, Presidente, e o Deputado Silas Câmara, primeiros signatários do requerimento que deu origem a esta sessão; cumprimento a MM. Reitora da Universidade do Amazonas; o Sr. Álvaro Tucano, membro da FUNAI – aqui deveria estar na qualidade de Presidente da FUNAI.

Não entendo por que a FUNAI até hoje não foi presidida por um índio. Falta de índio com capacidade não é. No meu Estado, há uma Secretaria do Índio, criada mais recentemente, que já tem seu segundo Secretário indígena. Jonas Marcolino, atual Secretário do Índio, é formado em Matemática e está cursando Direito. Portanto, ao contrário do que muita gente pensa mundo afora, os nossos índios estão devidamente preparados e sabem dizer o que querem, para dirigir

o órgão responsável pela atenção a eles dirigida. Repto, não sei por que hoje, num Governo dito popular, os índios não têm direito à direção da FUNAI.

Fiz essa observação, Sr. Álvaro, porque hoje estivemos em audiência na Comissão de Assuntos Sociais com o auditor do Tribunal de Contas da União, justamente para falar sobre a questão da saúde indígena, das roubalheiras que se fazem em nome da saúde indígena, notadamente na Amazônia.

Quero aqui dizer que, quando soube desta reunião de hoje, embora na correria dessas audiências que são realizadas, eu quis chegar antes de ela começar – e consegui. Tomei um susto quando vi o plenário vazio, diferentemente do que ocorreu naquela sessão em que houve uma vigília pela floresta, que contou com a presença até de atriz global, e este plenário estava repleto até nas galerias. Por quê? Como foi dito aqui, era para falar mal da Amazônia, para falar mal dos amazônidas.

Na minha formação de médico, não consigo entender por que até alguns amazônidas copiaram o cacoete do exterior: dizer que a floresta é mais importante que o ser humano. Chegamos ao absurdo de as nossas cédulas de real, do nosso dinheiro, todas elas só terem impressas imagens de bicho. Não há um ser humano, um vulto histórico do Brasil, nenhum monumento. Por quê? Este é um país de bichos? Há inversão da ordem.

Foi dito aqui que não pode existir meio ambiente sem o ser humano, senão, é meio, não é um ambiente completo. Digo o contrário. Não faz sentido existir meio ambiente – entendido meio ambiente como floresta, cerrado, etc. – se não houver ser humano. Então, temos de encontrar a equação para a convivência adequada.

Depois, temos de eliminar alguns mitos sobre a Amazônia, cara Reitora, como, por exemplo, de apresentá-la como se fosse um bioma só: floresta. Mais ou menos dois terços do meu Estado não são floresta – e o meu Estado está na Amazônia. Mais ou menos dois terços do meu Estado são o que chamamos de lavrados, mais ou menos os cerrados aqui do Centro-Oeste, até mais parecido com os pampas do Rio Grande do Sul. No entanto, só se fala em floresta amazônica. Estão excluindo, então, Roraima e alguns outros Estados.

Vou aqui repetir algumas frases do Presidente Lula. Qual é a realidade da Amazônia? Sua primeira frase, quando candidato pela primeira vez a Presidente da República, foi nos seguintes termos: É chegada a hora de traçarmos o que é possível fazer na Amazônia e não apenas dizermos o que não se pode fazer. Essa frase me conquistou a ponto de, na sua primeira cam-

panha, no segundo turno, nele votar. O que vi? Nada de essa frase ser aplicada.

Recentemente, foi aprovada uma medida provisória para tratar da regularização fundiária daqueles que estão há várias gerações na Amazônia. O primeiro passo, no penúltimo ano do seu Governo.

Outra frase do Presidente: Está cansado de ouvir gringos darem “pitaco” sobre a Amazônia. Concordo plenamente. É chegada a hora de os amazônidas dizerem o que é bom para a Amazônia, e não quem mora lá na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, dar a receita para cumprimos aqui.

O Presidente Lula disse também que a Amazônia não é um “potinho de água benta em que todo o mundo pode meter o dedo”. Concordo também. A Amazônia não é, como se diz, patrimônio da humanidade. A Amazônia é brasileira, primeiramente, é patrimônio dos brasileiros, primeiramente dos brasileiros que moram lá.

Há o mito da poluição. A Amazônia é a Geni dessa história. Ora, São Paulo, sozinho, com as suas fábricas, os seus carros, os seus ônibus, polui mais que a Amazônia. Mas é a Amazônia que figura como vilã nessa história. Temos de mudar esse pensamento.

Repto, sempre que aqui falo, não porque sou um Senador eleito pela Amazônia, não. Sou um Senador da Amazônia, nascido em Roraima, filho de mãe roraimense, que era filha de paraibana e de pai cearense. Minha esposa é de lá, tem sangue indígena inclusive. Então, não tenho medo de dizer certas verdades que alguns acham que são politicamente incorretas. Para mim, o que é politicamente correto, na minha formação de médico, é o que faz bem para o ser humano. E o que faz bem para o ser humano é sobretudo a verdade.

A verdade sobre a Amazônia é a seguinte. Qual é a importância da Amazônia para o Brasil? Somos 25 milhões de habitantes; São Paulo tem 42 milhões. Há quantos eleitores na Amazônia? Onze milhões; São Paulo tem o dobro. Então, na cabeça dos dirigentes nacionais, a Amazônia é pouco significativa, apesar dos 25 milhões de habitantes. Quanto, economicamente, a Amazônia representa para o Brasil? Oito por cento do PIB nacional. Então, não é significativo. Basta dizer que o Presidente Lula fez 2 campanhas, 2 turnos em ambas, e não foi nenhuma vez ao meu Estado pedir voto. Sabe por quê, Reitora? Porque lá há poucos eleitores. Então, não interessa para ele, realmente, não interessa. Para o Brasil, é essa a importância da Amazônia, isto é: quase nenhuma.

Para o mundo, qual é a importância da Amazônia? Vinte e cinco por cento da reserva de água doce do mundo, a maior reserva mineral do mundo.

Fala-se tanto em não derrubar árvores e eu pergunto: o que é uma árvore? É um ser vivo, que nasce, cresce, produz e morre. Vão dizer: “Vamos manter a floresta em pé”. Para quê? Para as árvores morrerem ao serem atacadas por cupim e outras doenças?

Vamos utilizar as árvores na hora certa – isso, sim! O que tanto dizem aí, o cacoete do manejo sustentável – isso, sim! Vamos fazer isso. E vamos pensar, sobretudo, que o homem e a mulher que estão lá na Amazônia – seja índio, seja mestiço, seja negro – não querem esmola de Bolsa Floresta coisa nenhuma. O que querem é viver bem; o que querem é ter o mesmo tratamento que têm os outros brasileiros.

Eu já tive oportunidade de ler aqui um quadro dos investimentos federais nas diversas regiões. A Amazônia está lá no rabo da fila, quando deveria ser o inverso, para cumprir o ditame constitucional que diz que é obrigação da República eliminar as desigualdades regionais e sociais. Isso foi feito durante este tempo do Governo Lula? Não foi feito. Não foi feito!

E digo mais: fico indignado quando vejo pessoas importantes desta República virem dar receitas do que nós devemos fazer.

Por isso, cara Reitora, nós, da Subcomissão Permanente da Amazônia no Senado, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, estamos fazendo um ciclo de audiências sobre a inteligência da Amazônia. Eu até falei com Vossa Magnificência, porque nós queremos ouvir todos os reitores e institutos como o INPA, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas – já ouvimos, aliás. Queremos ter um diagnóstico sobre o que pensa a inteligência da Amazônia.

E o que já vimos é que essa inteligência está comprometida. Por quê? Não há políticas para fixar doutores e pesquisadores na região; não há investimentos nas nossas universidades, que estão sucateadas.

Então, é esta a Amazônia que o Brasil quer, mantida como uma espécie de quintal abandonado do País? Essa Amazônia não é a que eu quero. Essa Amazônia não é, com certeza, a que as pessoas que vivem na Amazônia querem, nem os índios, nem os não índios, nem os brancos de olhos azuis, de que o Presidente Lula não gosta mas que moram lá. Não querem esse tipo de Amazônia.

Nós queremos uma Amazônia em que haja dignidade para o índio, que hoje tem uma terra demarcada e é abandonado à própria sorte, como os ianomâmi, por exemplo, que estão lá e são vítimas de uma endemia, isto é, uma doença permanente, a oncocercose, que cega, atrofia e mata paulatinamente.

Esta é a Amazônia com que eu sonho: a Amazônia onde haja respeito pelo ser humano, a Amazônia que

faça a sua receita e seja respeitada pelo Brasil e pelo mundo. Não uma Amazônia de pensadores de Ipanema, no Rio de Janeiro; ou da Avenida Paulista, em São Paulo; ou, como diz o Presidente Lula, dos gringos da Europa, dos Estados Unidos ou do Canadá.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – O Senador Renato Casagrande gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes do Senador Arthur Virgílio, que é o próximo inscrito, pelo que V.Exª me informou, eu gostaria apenas de fazer um registro. Eu estou inscrito mas, devido ao avançado da hora, quero apenas fazer um registro aqui.

Quero também comemorar o Dia da Amazônia. Sou morador do Estado do Espírito Santo, que está distante da Amazônia, mas a região é hoje um tema mundial, que interessa ao mundo todo, que interessa aos brasileiros. É natural que todos, de qualquer parte do mundo, especialmente nós, brasileiros, nos preocupemos com a Amazônia, que tem grande riqueza ambiental, grande riqueza mineral e hídrica. A Amazônia precisa, de fato, proteger as suas riquezas, usar racionalmente as suas riquezas.

Nós avançamos na hora em que aprovamos aqui a política e a lei de concessão de florestas públicas. Nós temos avançado em algumas legislações, mas a Amazônia precisa de um modelo de desenvolvimento que dê às pessoas que moram lá, de fato, a dignidade de terem uma renda, de sobreviver, de desenvolver. Mas não pode ser o mesmo modelo de desenvolvimento que nós adotamos até agora, senão a floresta não suporta, e o que preserva aquela riqueza é a floresta.

Portanto, temos que construir isso. Mais do que nunca, quero aqui manifestar a minha preocupação e o meu trabalho, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, com relação a esta grandiosidade que é a Amazônia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Arthur Virgílio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Destaco a presença do Senador Augusto Botelho. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, ilustre Reitora da Universidade do Estado do Amazonas, Profª Marilene Corrêa, Deputado Silas Câmara, Sr. Álvaro Tucano, Dom Pedro II, o segundo e último imperador do Brasil, era chamado de *O Magnân-*

nimo e teve a grandeza de criar, em 1850, a Província do Amazonas, em um radioso 5 de setembro. A data, por isso, foi escolhida para ser o Dia da Amazônia.

Com expressões tão superlativas como a própria região, se o ilustre Senador Jefferson Praia autorizar, eu acresceria nesta sessão de homenagem o tema que talvez mais convenha à Amazônia nos dias atuais: a sua preservação, com o chamado aproveitamento sustentável de suas riquezas, mas não apenas como metáfora, empregada sempre numa relação de semelhança subentendida entre o sentido próprio e o figurado.

À Amazônia, que tem o seu dia, o que menos lhe convém é o sentido figurado das ações, cantadas e decantadas, previstas e incluídas em projetos e planos, porém, quase nunca ultrapassando frágeis intenções. Quando muito, o que se vê são ações táticas, que pecam pela improvisação, sem consistência e, portanto, sem assegurar condições para o futuro da região estratégica, por excelência, do nosso País, da qual depende o amanhã do Brasil e, de certa forma, da própria humanidade.

Agora, por exemplo, o Governo proclama que os aviões negociados com a França destinam-se à proteção da Amazônia.

Que o sejam!

A Amazônia precisa, sim, de meios de defesa. A começar pelo aumento dos efetivos de forças militares na área que faz fronteira com diversos países. Lá, lamentavelmente, há menos tropas do Exército do que na Região Sudeste, embora a distância numérica entre os 2 contingentes esteja diminuindo pouco a pouco.

Além de planos estratégicos de defesa, a Amazônia clama também por projetos que visem a torná-la região desenvolvida.

O Amazonas e os demais Estados da Amazônia integram a Região Norte, tida como a mais pobre do País.

Em vez de planos concretos, o que mais se ouve em relação à região são pregões, às vezes bombásticos, apontando redução na destruição das nossas florestas. Na verdade, contudo, a região amazônica já perdeu 15% de sua cobertura florestal original, devido a diversas causas. Alguns setores governamentais, é verdade, buscam alterar essa deprimente estatística com a implementação de políticas específicas. E elas são necessárias.

No Amazonas, em particular, graças à consolidação do Polo Industrial de Manaus, a cobertura vegetal mantém o índice de 98%.

A Amazônia é parcela regional formada por 7 Estados, área em que a conjugação de esforços e estratégias desenvolvimentistas representam, inegavel-

mente e numa visão imediata, objeto comum dessas unidades federativas.

Menciono, como exemplo bem atual, recente reunião, na Europa, dos dirigentes dos governos de 4 países que, incluindo o nosso, seriam detentores de forte potencial para o amanhã do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China.

Com tal característica é encarado o grupamento de países que, quase no final do século passado, foi apontado, por um grupo financeiro, o Goldman Sachs, com o acrônimo BRIC, indicando que a eles, todos emergentes, estaria reservado papel de relevo como alternativa de forte desenvolvimento global.

O acalentado e necessário desenvolvimento, sem dúvida, seria direcionado a um elenco de metas que são as nossas, no Amazonas e na Amazônia: a erradicação da pobreza extrema e da fome, universalização do ensino básico, redução da mortalidade infantil, fim das desigualdades, saúde e assistência médico-hospitalar para toda a população. E, além disso, a garantia da sustentabilidade ambiental, com práticas efetivas para a defesa da Floresta Maior que considerem com prioridade o homem da Amazônia.

São de reduzida valia repetir palavras de ordem conservacionistas. Antes, precisamos de estratégias, levando em conta a verdade, que procuro ampliar, no âmbito federal, no Senado da República.

Repto, pois, e com insistência que a Amazônia é a região estratégica, por excelência, do Brasil – e de certa forma, do mundo –, na qual se inserem as bases do futuro deste País e, sem dúvida, as esperanças de um amanhã melhor para as populações globais.

Essas esperanças começaram nos anos 50 e 60, quando se decidiu, como questão geopolítica, a criação da Zona Franca de Manaus.

Manaus, até então, não passava de mero entreposto comercial, que se limitava a estabelecer ligação da economia extrativista no interior do Estado com os que demandavam nossos produtos. Resumindo, era a exploração de produtos exóticos da floresta, como toras de madeira, borracha, castanha, pau-rosa, cumaru, breu, resina e peles de animais silvestres.

À época, os mascates, lá denominados regatões, figuras já praticamente inexistentes, transitavam pelos rios para suprir as necessidades das populações ribeirinhas. Levavam também remédios e ferramentas e, em troca, num autêntico escambo, traziam para o porto de Manaus os ditos produtos exóticos da mata.

Hoje, é claro, com o adeus ao escambo, já não é possível qualquer relação comercial sem a presença de moeda. Era, então, o comércio de característica feudal, com o qual o produtor se mantinha em nível de subsistência.

A Amazônia daqueles tempos não era nada além de imensa área de reduzida densidade demográfica e econômica.

No início dos anos 60, apregoava-se como certa a cobiça internacional pela região. O Exército então promovia estudos e ensaios estratégicos, com ênfase sobretudo na sua parte ocidental até as linhas da fronteira internacional.

Se estratégias eram traçadas com apoio na geopolítica, hoje, mais do que nunca, nada se fará se for mantido qualquer distanciamento das linhas dessa ciência. Tudo passa pela política. Nada, na atualidade, em planejamento global, alcança os objetivos colimados sem a geopolítica.

A geopolítica, abrindo um parênteses, é disciplina do tronco de ciências humanas que envolve a teoria política com a geografia, levando em conta os aspectos políticos internacionais desempenhados pelas diferentes nações em função de suas características geográficas, a que modernamente se acrescenta a realidade econômico-financeira global, abalada desde o segundo semestre do ano passado pela crise econômica.

Uma boa linha, como sugere a data que comemoramos, seria uma postura em que viessem ao debate a realidade da Amazônia e o que se faz em favor dela.

Sabemos que essa diretriz, criada pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, no século passado, analisa e estrutura o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno no espaço.

Em suma, trata-se do jeito pelo qual o País deve observar os acontecimentos em seu entorno ou longe dele, porém, com implicações locais, para que assim se torne viável um planejamento estratégico mais consentâneo com as realidades presentes.

Antes da crise atual, mas sob a pressão do quadro que então vigorava, o Governo da União iniciou estudos para projeto de nítida inspiração geopolítica visando fortalecer a Região Norte.

O projeto concluiu pela criação da Zona Franca Manaus (Decreto Lei nº 288, de 1967), de inspiração do então Ministro Roberto Campos, que terminou fazendo do Presidente Castello Branco um dos maiores defensores da ideia.

Mediante acordo tripartite entre o Governo Federal, o do Amazonas e a Prefeitura de Manaus, a Zona Franca de Manaus veio à luz, com a criação de incentivos fiscais no âmbito dos impostos indiretos como o de importação, o IPI e o ICMS. Com tais incentivos, permitiu que no coração da floresta amazônica fosse implantado um moderno polo industrial de alta tecnologia de que tanto os brasileiros se devem orgulhar.

A partir daí, Manaus transformou-se radicalmente, ela que é hoje a moderna Capital do meu Estado. A

população multiplicou-se, atingindo quase 2 milhões de habitantes em 2007. Seu perfil, como mostram algumas análises, é o de uma cidade-estado, já que ali vivem 55% da população do Amazonas.

É notória a influência econômica desse exitoso modelo, em especial na formação da renda *per capita* de Manaus, que hoje se equipara às mais altas entre as Capitais brasileiras. Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostrou que Manaus tinha o terceiro maior PIB *per capita* do País (R\$13.534,00 em 2002), ultrapassando grandes centros econômicos como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O Polo Industrial de Manaus se revela uma experiência que deu certo, mas nem por isso a região ficou imune à colossal crise iniciada com a derrocada do esquema bancário e financeiro inicialmente registrado no mercado imobiliário dos Estados Unidos, amargando, portanto, a Zona Franca os efeitos da crise global.

Claro que nem tudo é negativo. Sempre defendi maior amparo à educação, à pesquisa e ao fortalecimento dos órgãos que atualmente levam à frente essas indispensáveis frentes, vitais para o futuro da Amazônia.

Ontem mesmo, véspera do Dia da Amazônia, li no noticiário do UOL matéria do jornalista Leandro Prazeres sobre a forma escolhida por índios saterés-maués para comemorar o Dia da Pátria:

“Sob o escaldante sol da Amazônia, 39 indígenas da etnia sateré-maué comemoram o 7 de setembro de um jeito diferente. Na comunidade do Marau, localizada a pouco mais de duas horas de lancha do Município de Maués (a 269 quilômetros de Manaus), o grupo se transformou na primeira turma indígena da secular UFAM (Universidade Federal do Amazonas) a receber um diploma de nível superior. Para celebrar a data, uma festa de formatura com direito a beca e juramento foi montada na própria aldeia onde vive a maioria dos formandos.”

Não se entende o Brasil sem a Amazônia. Não se entende a Amazônia sem educação e pesquisa. Ali já temos instituições notáveis, como a UFAM e o INPA e, num crescendo, a UEA.

A Amazônia, com sua fantástica biodiversidade, reúne todas as condições para assegurar o desenvolvimento e o bem-estar das nossas populações.

Desde que cheguei ao Congresso, primeiro à Câmara e depois ao Senado, não tenho medido esforços em defesa da região. Adotei, como ponto de partida, a necessidade, sem mais tardança, de planejamento

responsável, sistemático e que, sobretudo, conte em o homem que vive na Amazônia, parceiro inseparável da construção do futuro do Brasil.

Logo no alvorecer de 2003, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado, de que sou membro titular, propus a criação da Subcomissão da Amazônia, matéria que foi acolhida por unanimidade.

Atento ao que se passa na visão externa acerca da Floresta Maior e sua notável biodiversidade, acolhi pensamento do Arcebispo da Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, que veio colocar ponto final à tão propalada cobiça internacional sobre a região. Desde então, passou a predominar o pensamento de que, palavras do arcebispo: “*A Amazônia é patrimônio, sim, a serviço da Humanidade. Mas terra Brasil.*”

Ainda com esse mesmo espírito de defesa da nossa região, propus, no ano passado, projeto de lei, em tramitação no Senado, que torna inafiançável a derrubada ilegal e desregrada de florestas.

Ademais, graças a outra iniciativa que formalizei no Senado e já convertida em lei, o cupuaçu, de inestimável valor, passou à condição de fruta nacional do Brasil. O gesto, que tem, inclusive, efeito de divulgação, representa alerta do País em defesa das riquezas da portentosa biodiversidade amazônica.

O Parlamento faz a sua parte em defesa da Floresta Maior e da soberania brasileira sobre a Amazônia. Não há dia em que, em algum local do Senado, nossa luta pela Amazônia não se expresse em pronunciamentos ou na ação legislativa.

É fácil gostar da Amazônia. E os brasileiros de todos os quadrantes do País gostam da Amazônia! Estão ao lado dela, em sua defesa. É pensamento predominante de Norte a Sul.

Bem a propósito, foi o homem da Amazônia, um simples mas valoroso ribeirinho, que um dia, em pleno Rio Negro, em frase singela, definiu o que é a Amazônia. A ele, autêntico amazônida, um piloto da FAB, que acabara de aterrissar, indagou se era ali que terminava o Brasil. “*Não, senhor.*” – respondeu o ribeirinho – “*Aqui começa o Brasil!*”

A Amazônia, sim, é o começo e também o futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Quero destacar a presença dos Senadores César Borges e Tião Viana. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, pedindo ao nobre Senador que seja objetivo. Gostaria de ouvi-lo por muito tempo, mas já estamos no fim desta sessão solene e gostaríamos, antes de

encerrar, de ouvir a Reitora Marilene Corrêa e o companheiro Álvaro Tucano, da FUNAI.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia; Deputado Federal Silas Câmara; Drª Marilene Corrêa, Reitora da Universidade do Estado do Amazonas; Sr. Álvaro Tucano, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, senhoras e senhores, aqui foi dito há pouco sobre a ausência de representantes do Governo nesta sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia da Amazônia. Nós deveríamos, dada a importância que diz o Governo ter a Amazônia no seu projeto executivo, contar aqui com a participação dos Ministros nesta sessão do Congresso. Nós deveríamos ter aqui este plenário lotado de personalidades que tivessem a visão voltada para o desenvolvimento sustentável da nossa região. Lamentavelmente, não vemos isso.

Gostaria que estivesse aqui o Ministro Carlos Minc, e junto com S.Exª o Ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento.

Deputado Silas Câmara, nós, amazônidas, não podemos dissociar a discussão da questão ambiental da questão do desenvolvimento. Nós, que vivemos lá, sabemos da necessidade de se conservar a floresta, conservar os nossos rios, mas sabemos também da necessidade de se melhorar a qualidade de vida daqueles brasileiros que lá habitam e que guardam aquela região para todo o Brasil.

Lamentavelmente, a Amazônia, que é Brasil, ainda não foi entendida assim pelos governos, porque todas as políticas que lá são desenvolvidas servem para engessar a região, vão no sentido contrário ao que deveríamos fazer, que seria agradecer a Deus as riquezas que nos foram concedidas naquela imensa região que representa a Amazônia Legal – mais de 60% do território brasileiro.

A região tem um pouco mais de 12% da população do Brasil e não responde por 7% do PIB brasileiro, ou seja, é gigante pela própria natureza, mas eu diria que não dorme em berço esplêndido.

É preciso que nós, amazônidas, possamos ser respeitados na nossa vontade, possamos dizer aos escalões do Governo, aos escalões da República o que queremos para aquela nossa região, para o nosso povo.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, como médico, fez referências às dificuldades de saneamento, às doenças endêmicas que já estão excluídas do mundo civilizado e que, lamentavelmente, têm como centro de pesquisa mundial, como referência mundial, o Instituto de Pesquisas da Amazônia. Não pode ser diferente! A malária só existe praticamente na Amazônia. Então,

os estudos, os centros de pesquisas têm que estar na Amazônia. Gostaríamos que não fosse assim; que tivéssemos na Amazônia institutos de tecnologia, de alta tecnologia, de nanotecnologia, para que pudéssemos, com ciência e tecnologia, fazer o desenvolvimento sustentável da nossa região.

Senador Jefferson Praia, eu estava presidindo reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Quando assumi a Comissão, no início desta Sessão Legislativa, tomei como linha de atuação incluir na pauta daquela Comissão a discussão desse tema tão importante para o Brasil, mas muito mais importante para Amazônia.

A pauta da Comissão era tomada por assuntos de comunicação e de informática. Já fizemos duas audiências reunido institutos de pesquisa da Amazônia. Faremos uma terceira audiência pública reunindo as universidades federais da Amazônia, porque tenho absoluta certeza de que é através da ciência e da tecnologia que vamos poder desenvolver, conservando a floresta. Não queremos alterar a floresta em nem mais uma única árvore. Precisamos usar a ciência para que nas áreas já antropizadas possamos incluir a região amazônica no cenário produtivo nacional.

Fico preocupado, Senador Jefferson Praia, porque no dia 5 de setembro, como foi destacado aqui pelo Senador Arthur Virgílio, considerado inicialmente o Dia do Amazonas por ter sido nessa data criada a província, mas depois ampliado para a Amazônia brasileira, não teríamos muito a comemorar, porque quem quer ditar as normas sobre nossa região são aqueles que em seus países praticaram tudo o que não vamos praticar aqui na Amazônia.

É importante que o mundo globalizado saiba que nós, brasileiros, não vamos repetir na Amazônia o que eles fizeram nos seus países em séculos passados. Eles não precisam querer dizer, de lá para cá, o que devemos fazer. Temos de ter soberania!

Senador Mozarildo, o Presidente Lula, entre outras várias expressões que costuma usar diariamente, disse que a Amazônia não é pia de água benta, em que todo mundo mete a mão, mete o dedo.

Mas não adianta dizer, Presidente Lula! É preciso agir! Transforme suas palavras em ação! Diga que o Brasil é soberano em relação à Amazônia! Diga o que nós, brasileiros, e nós, amazônidas, queremos para a nossa região. Queremos conservá-la, sim, como patrimônio; mas lá existem, vivem, habitam 25 milhões de brasileiros, muitos deles, a maioria, Senador Jefferson Praia, em condições de vida subumanas – subumanas! –, sem saber o que é água tratada, sem sistema de

esgoto, sem eletricidade; vivendo como se estivessem na Idade da Pedra, em pleno século XXI.

Aqui foi dito pelo Senador Arthur Virgílio que o Brasil começa na Amazônia. Concorde com S.Ex^a, e diria mais: o futuro do Brasil está na Amazônia, com suas riquezas exploradas de forma sustentável. Ela é a maior província mineral do mundo, a maior reserva de água doce do mundo, a maior biodiversidade do mundo. Tudo isso é de grande importância, mas se não for revertido em benefício do ser humano de nada vale – de nada vale.

Então, Senador Jefferson Praia, Deputado Silas Câmara, tenho certeza absoluta de que nós, o Congresso Nacional, temos um papel importante nisso. Temos de colocar a Amazônia na pauta do Congresso Nacional, temos de discutir aqui o que queremos para a região.

Temos uma Comissão da Amazônia, que tem de ser propositiva, não pode ser reativa, já que o Governo não cria um programa. No passado, tivemos até um Ministério da Amazônia! Até um Ministério da Amazônia o Brasil já teve, mas, lamentavelmente, para nada.

Então, seria importante que nós, amazônidas, os nossos Governadores, as bancadas dos Estados da Amazônia nos uníssemos para que pudéssemos apresentar uma proposta. Já que isso não vem do Governo para a sociedade, que vá da sociedade para o Governo. Vamos dizer o que queremos para a Amazônia e vamos debater, Senador Jefferson Praia, vamos fazer o contraditório. Vamos trazer aqui aqueles que têm um pensamento diferente do nosso, porque espero – pelo menos espero – que os que pensam de maneira diferente tenham o mesmo objetivo que temos, que é ter a soberania daquela região preservada, é ter a Amazônia desenvolvida sustentavelmente e o homem incluído como espécie a ser preservada, tendo uma qualidade de vida bem diferente da que tem hoje.

E não é preciso, Senador Cristovam Buarque, que o homem da Amazônia chegue a ter a mesma qualidade de vida dos habitantes do Primeiro Mundo ou daqueles que, graças a Deus, estão nas regiões mais desenvolvidas do País. Mas é necessário que tenha esperança e possa chegar a condições que realmente permitam à Amazônia continuar brasileira e, mais do que isso, ser o caminho para o Brasil chegar ao patamar que todos nós queremos: uma Nação desenvolvida e referência mundial na forma de desenvolver uma região de forma sustentável.

Parabéns à Amazônia pela comemoração do seu dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Temos ainda 2 oradores inscritos: o Senador Cristovam Buarque e o Senador Marcelo Crivella.

Eu gostaria da compreensão de todos para ouvirmos o nosso companheiro Álvaro Tucano e a nossa Reitora. Temos até as 14h30 para terminarmos esta sessão, do contrário, impediremos que haja sessão normal do Senado.

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, a quem pediria a compreensão no sentido de, nos 3 minutos que vou conceder a V.Exª, deixar sua mensagem importantíssima sobre a Amazônia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nestes 3 minutos quero apenas manifestar o meu orgulho, como brasileiro, de que faça parte do nosso território este patrimônio mundial que é a nossa Amazônia. E gostaria de dizer que, ao lado desse orgulho, há o meu sentimento de preocupação diante do futuro do Brasil com a nossa Amazônia.

Hoje o mundo é uma espécie de condomínio, em que cada país é uma parte dele. Na nossa parte do condomínio, coube este pedaço precioso da história natural do mundo inteiro: a Amazônia.

Temos uma responsabilidade com o planeta, com a humanidade, com o futuro de fazermos com que essa riqueza fique a serviço do povo do mundo inteiro, do povo brasileiro e do povo local – não podemos esquecer – e, ao mesmo tempo, seja mantido o respeito ao patrimônio natural que ali está.

É aí que podemos tirar um grande proveito ao descobrir formas de trazer benefícios para a população da Amazônia sem cometer os equívocos que a civilização industrial criou de destruir as florestas do mundo e que o Brasil criou ao destruir a Mata Atlântica, deixando hoje apenas 3% de restos perdidos.

Podemos, sim, com o conhecimento que hoje existe da parte do Brasil inteiro, encontrar um caminho e fazer com que a Amazônia sirva ao progresso sem ser destruída pelas motosserras. Esse é o desafio.

Neste dia, eu lhe parabenizo por ter trazido esse grupo para falarmos da Amazônia.

Gostaria que este Dia da Amazônia se transformasse em uma espécie de Dia Mundial da Floresta; que as florestas do mundo inteiro fossem, neste dia, homenageadas; que as escolas discutissem a importância da existência das florestas para os seres humanos, não para que elas fiquem virgens, como deuses em um altar panteísta, mas que sejam usadas de forma respeitosa e não destrutiva.

Volto a dizer, para concluir nos 3 minutos, do orgulho de ser brasileiro e de aqui ter a Amazônia, destacando a responsabilidade de uma geração que percebe o risco de um modelo perverso de desenvolvimento e que pode ter a criatividade de encontrar um

modelo de desenvolvimento que respeite a natureza, construindo tudo o que o povo precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Jefferson Praia. PDT – AM) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, a quem pediria compreensão com relação ao tempo de 3 minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Amazônia é tão grande e o tempo é tão pequeno! Mas, neste curto espaço de tempo, quero fazer uma declaração de amor à Amazônia e ao seu povo. Quero prestigiar também o nosso Deputado Federal Silas Câmara, em nome do qual saúdo toda a Mesa, a magnífica reitora e o nosso líder tucano.

Sr. Presidente, aqui neste Congresso temos procurado, em todas as iniciativas propostas pelo Governo ou por companheiros, nos debruçar de maneira muito devotada às questões da Amazônia.

Sabemos que nós, brasileiros, não conhecemos a Amazônia. Quando sobrevoamos a Amazônia, temos a ideia de que ela é plana. A Amazônia tem muitas montanhas. As árvores a tornam planas porque elas crescem até o local de receber o sol, de tal maneira que ficam todas na mesma altura. Mas não significa que o solo seja da mesma altura.

E só agora o Exército brasileiro, o Departamento de Ciência e Tecnologia está conseguindo, com ondas, microwaves, chegar ao solo da Amazônia e nos dar o relevo daquela região, com aquelas ravinas imensas, enormes, com seus igarapés, para que o brasileiro conheça aonde o povo da Amazônia caminha, e não apenas a copa das árvores.

Sr. Presidente, ao encerrar este meu modesto pronunciamento, quero apenas dizer que nós somos realmente um País muito abençoado. A Amazônia é, sem dúvida nenhuma, um ponto de equilíbrio. Ela é também, pelos aspectos geopolíticos já falados aqui por diversos companheiros, um ponto de ambição no mundo.

Todos se lembram, quando Getúlio Vargas era sargento do Exército brasileiro, na época em que os americanos queriam estabelecer sua produção de borracha nas regiões circunvizinhas ao Acre, o Brasil, então, disse que se a Bolívia vendesse essa área para os Estados Unidos iria fechar a foz do Rio Amazonas, para que a produção não escoasse. Os americanos trouxeram a sua frota naval poderosa para o Atlântico e o Brasil, então, rumou com o seu Exército para o Norte, quando era sargento Getúlio Vargas.

Veja como é importante, Sr. Presidente, e como tem relevância histórica nós estarmos preparados para defender a Amazônia.

Sou Senador há apenas 6 anos, o mais anônimo, o mais obscuro, o menor de todos aqui nesta Casa, mas tive a oportunidade, em defesa do meu Estado, o Rio de Janeiro, de aprovar uma lei complementar para que o Exército tivesse papel de Polícia Federal nas fronteiras. Não há explicação para que tenhamos tantos quartéis na Praia de Copacabana enquanto toneladas de cocaína entram pelas fronteiras, sobretudo da Amazônia.

Em defesa da Amazônia, do Brasil, do Rio de Janeiro, dos brasileiros, peço que o nosso Exército e sobretudo nós, Parlamentares, com as verbas orçamentárias, possamos ocupar este deserto demográfico que são as fronteiras brasileiras na região da Amazônia, sobretudo com Peru, Colômbia e Bolívia, e guardar nossos jovens da tragédia da cocaína.

Parabéns à Amazônia e aos seus habitantes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– Concedo a palavra ao Sr. Álvaro Tucano, membro da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a quem pediria a compreensão com relação ao tempo.

O SR. ÁLVARO TUCANO – Sr. Presidente, Senador Jefferson Praia, amigo Deputado Silas Câmara, Magnífica Reitora Marilene Corrêa, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, eu sou Álvaro Tucano, nasci na região do Alto Rio Negro, fronteira com Colômbia e Venezuela. Eu venho de uma região onde habitam 23 nações indígenas e moram mais de 700 comunidades indígenas. Eu vivo distante 980 quilômetros de Manaus. É lá que eu vivo.

Eu sou uma liderança tradicional. A minha comunidade chama-se Balaio, que fica a 100 quilômetros de São Gabriel, na BR-307, que liga São Gabriel a Cucuí e até hoje está interditada porque o Instituto Chico Mendes não conseguiu dar licença ambiental para recuperação dessa estrada tão importante para a faixa de fronteira da minha região.

Venho aqui para dizer a este Parlamento que nós, povos indígenas, não somos contrários ao desenvolvimento sustentável que se prega neste momento; muito pelo contrário, fomos educados pelos salesianos para buscar autodeterminação e defender a soberania deste País.

Temos muito orgulho de ver que 70% dos militares que se encontram nos quartéis do Rio Negro são índios, são meus parentes. Mais de 3 mil índios têm nível superior, e não têm nenhuma bolsa escola, não têm bolsa de estudos. Essa é a Amazônia.

O que quero destacar aqui é o papel da FUNAI. A FUNAI é, sim, importante para defender os nossos direitos constitucionais. Ela tem um papel importante para os povos indígenas, e esse papel não pode ser substituído pelas ONGs nacionais e estrangeiras, que querem dizer como deve ser a vida do índio.

Vamos procurar, sim, Senadores e Deputados para dizer como deve ser a vida das populações indígenas da Amazônia e do Brasil. Não pode continuar a situação em que V.Ex^{as}s. colocam seus filhos em colégios pagos, caríssimos, e nós continuarmos com o analfabetismo. Não pode! Não podemos ser simplesmente preservadores de tantas riquezas nacionais – água, minério, madeira – mas viver sem casa e sem transporte. Isso é absurdo.

Então, para terminar, quero dizer que o Dia da Amazônia é para refletir em torno desta questão: nacionalismo acima de tudo, mas temos que ver também a transparência na prestação de contas de todas as pessoas, organismos internacionais, nacionais e mesmo religiosos, para saber quanto o índio está custando na Amazônia, porque a situação do índio, no Brasil e na Amazônia, está péssima.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– Obrigado, Álvaro Tucano.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– Concedo a palavra à Magnífica Reitora da UEA, Prof^a Dr^a Marilene Corrêa.

A SRA. MARILENE CORRÊA – Senador Jefferson Praia, Deputado Silas Câmara, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, representantes da sociedade civil, serei brevíssima neste comentário final em relação a esta sessão solene destinada a comemorar o Dia da Amazônia.

Em primeiro lugar, creio que 3 momentos e 3 vultos podem ser evocados para sintetizar esta solenidade. O primeiro creio que seria Charles-Marie de la Condamine, que teve uma visão muito bela da Amazônia em 1725, quando, chegando perto do que seria hoje Manacapuru, viu um povoamento iluminado com luz violácea, com cerca de 500 indivíduos vestindo longas túnicas e usando um material que era desconhecido para a ciência ocidental.

O registro desse mundo mágico e mítico, de certa forma, nos dá uma idéia de como os povos pré-colombianos manipulavam a Amazônia, se autossustentavam da Amazônia, sem predá-la. Esse mundo mágico e mítico não existe mais do ponto de vista da organização do espaço e da sociodemografia, mas ele existe na herança dos povos indígenas, na vigência histórica da sua legitimidade no território nacional e

também como expectativa hoje de brasileiros educados que pugnam pela dignidade.

Outro registro é dos 100 anos de Euclides da Cunha, que, ao vislumbrar a Amazônia, no século XIX, e ao registrar esse deslumbramento e a perplexidade da Amazônia, escreveu *À Margem da História*, à margem da história como ele viu as populações ribeirinhas e indígenas.

Pois bem, o Estado nacional brasileiro hoje tenta recuperar a perda de *À Margem da História* ou das populações que estão à margem da história através da educação e de todas as possibilidades que as políticas nacionais têm aberto para a Amazônia.

Um terceiro e último registro é um pouco o inventário do que aqui foi dito das políticas nacionais não compatíveis com os saberes e com os biomas e os ecossistemas amazônicos, o que significa dizer que o modelo de industrialização, o modelo de *agribusiness* e o modelo de urbanização, tal como a sociedade ocidental desenvolveu, não fizeram bem à Amazônia, tanto é que os resultados estão aí, não só nos impactos como na desigualdade estrutural e na questão da pobreza que foi introduzida na nossa região, porque os povos pré-colombianos não tinham pobreza, eles tinham *modus* próprio de adaptabilidade, *modus* próprio de sustentabilidade e *modus* próprio de gerenciar os ecossistemas e os biomas.

Neste Dia da Amazônia, nobre Senador, nobre Deputado, a universidade que eu represento hoje é uma esperança, porque ela tem 25% das vagas de toda a Região Norte do País e mais de 45 mil vagas em termos de disponibilidade de matrícula.

Eu diria que a responsabilidade dos senhores é redobrada em função da compatibilidade de todas as demandas da Amazônia e das necessidades que nós temos de inseri-la definitivamente na ordem nacional. Entre essas necessidades, então, o meu registro é a necessidade da educação como prioritária e, especialmente, a necessidade de inclusão cada vez mais ampla desses segmentos na cidadania brasileira.

Eu os parabenizo e agradeço.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero agradecer a presença a todos que nos honraram nesta sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia da Amazônia.

Muito obrigado.

(*Encerra-se a sessão às 14 horas e 27 minutos.*)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NA SESSÃO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RE-

TIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, ORA SE PUBLICA.

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI.) _ Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Exmº Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri; Exmº Comandante da Aeronáutica Brigadeiro Juniti Saito; Sr. Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, representando o Comandante da Marinha; Exmº ex-Presidente e Senador Fernando Collor; Exmº Senador Eduardo Azeredo, subscriptor desta homenagem; meu caro ex-aluno da UnB, Deputado Gustavo Fruet _ aliás, o Senador Collor também o foi (Risos.) _ representando a Câmara dos Deputados; Srs. Oficiais Generais do Alto Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Srs. Adidos Militares, Oficiais e Praças dos 3 Comandos Militares.

Sr. Presidente José Sarney, há uma coincidência histórica nessa solenidade. Neste momento em que V. Exª preside o Senado, na solenidade pelo transcurso do Dia do Soldado, eu não posso esquecer o estudo de um grande cientista político americano, Alfred Stepan. Ao analisar a presença dos militares no cenário brasileiro, sobretudo no chamado regime autoritário, disse que embora os militares estivessem durante 20 anos no poder no País, quem mais investiu no aparelhamento técnico das Forças Armadas foi o Governo de V. Exª Esse livro foi escrito logo no final do Governo de V. Exª Quer dizer, é um aspecto importante, porque mostra a visão de Estado de V. Exª, Senador José Sarney, sobre o perfil e o papel das Forças Armadas na formatação do prestígio do Estado brasileiro.

Eu quero aqui, rapidamente, dizer 2 palavras, porque os oradores que me antecederam já retrataram bem o papel das Forças Armadas em nosso País. Seu papel social e cultural no Brasil é inegável. Eu tive a honra de acompanhar, certa feita, o General Enzo Peri, por exemplo, a São Raimundo Nonato, para visitar a BR-020, a Fortaleza-Brasília, uma estrada de integração nacional sonhada por Juscelino Kubitscheck e ainda não concluída no Brasil. S. Exª esteve lá, nos trechos rodoviários no Piauí, resultantes de emendas orçamentárias minhas, construídos pelo 3º BEC de Picos. E o mais importante foi a sensibilidade do General Enzo, na época diretor da divisão própria de construção do Exército Brasileiro, em autorizar a mudança do trajeto da rodovia, a fim de que ela passasse pela cidade, de São Raimundo Nonato, que sedia o Parque Nacional Serra da Capivara, integrando a cidade à rodovia de uma maneira mais firme, mais consentânea.

Mas falar do 3º BEC de Picos é falar do papel social do Exército, quando vejo famílias e famílias pedindo ao final do período do serviço militar dos seus filhos, que ele seja renovado, porque sabem da disciplina que seus

filhos aprenderam ali no Exército, da postura educacional que eles adquiriram, e até da postura de higiene. Esse é o grande papel anônimo e silencioso que o Exército desempenha em nosso País, e desconhecido, de modo geral, pela sociedade brasileira – sem falar dos aspectos de assistência social, de saúde etc.

Eu quero aqui ressaltar o papel educacional do Exército Brasileiro, a suas escolas militares; o Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro, por exemplo, é o primeiro em todas as provas de ENEM feitas neste País, é a grande escola de engenharia deste País; como o é também o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, o melhor da América Latina, inegavelmente, no estudo de tecnologia de ponta; como o é também o instituto de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, do Exército brasileiro, voltado para a pesquisa nuclear; como o são também as escolas navais.

E eu não posso esquecer – gosto sempre de citar – um trabalho, Sr. Presidente José Sarney, do economista Ib Teixeira, na revista Conjuntura Econômica de alguns anos atrás, analisando as 100 escolas que aprovavam alunos para as universidades federais do Rio de Janeiro. Noventa eram escolas particulares, tendo à frente a escola que era então dirigida pelo saudoso Dom Lourenço de Almeida Prado, o Colégio São Bento, e 10 públicas; dessas públicas, 3 militares – o Colégio Pedro II, as escolas de aplicação das universidades federais e os 3 Colégios Militares.

O Colégio Militar é um padrão – sobretudo o Colégio Militar do Exército, que é o mais conhecido no Brasil. É um exemplo de eficiência, disciplina, de amor aos estudos, de dedicação ao estudo que ele incute na mentalidade do alunado. Eu só lamento o Estado do Piauí não ter ainda um colégio militar, porque efetivamente eles são grandes instrumentos de acesso das classes pobres aos melhores ensinos do nosso País, acima de tudo pela ênfase dada ao ensino da Língua Portuguesa, mas sobretudo ao estudo da Matemática e da Física, indispensáveis para a pesquisa tecnológica e a formação de uma elite científica do País.

Então, o que é preciso é ser estimulado esse trabalho de pesquisa em tecnologia das Forças Armadas. Está aí o exemplo da Embraer, com os nossos aviões no mundo inteiro, graças à mão de obra ali qualificada, ao know-how oferecido pelo ITA, e assim sucessivamente. Eu acho que, em termos de competência tecnológica, porque o Exército tem uma grande tradição nesse sentido, o Brasil não há de temer concorrência em educação tecnológica de quem quer que seja, porque é na tecnologia que as nações realmente se impõem perante o concerto do mundo inteiro. Basta que a sua tradição em pesquisa tecnológica seja devidamente estimulada.

Eu queria, por último, dizer uma palavra sobre a figura de Caxias. O saudoso Senador Petrônio Portella, que V. Ex^a também conheceu, de que foi colega aqui no Senado Federal, assinou um convênio com a Universidade de Brasília, quando ele presidia o Senado nos anos 70, visando à pesquisa da história do Poder Legislativo no Império e as Atas do Conselho de Estado.

Eu conversava muito com José Honório Rodrigues, que foi encarregado por Petrônio Portella de coordenar essa histórica pesquisa, ao lado do professor da UnB, e a época, também alto funcionário do Senado, Otaciano Nogueira. José Honório Rodrigues, que havia escrito, logo após a ruptura institucional de 1964, o livro Conciliação e Reforma no Brasil, achando que o excessivo espírito de conciliação do velho PSD talvez tivesse levado ao impasse institucional, pelo bloqueio das chamadas reformas de base, me dizia que havia se equivocado, porque pesquisando a política de conciliação do século XIX, percebeu que ele salvou a estabilidade jurídica e política do Império. Acrescentava José Honório Rodrigues que, perscrutando as Atas do Conselho de Estado, ao examinar o papel de Caxias, começou a perceber que errou no seu livro. Quer dizer, o que realmente faltava no Brasil, naqueles anos de instabilidade institucional, era o espírito do velho PSD, para evitar a radicalização ideológica dos anos 60, para atenuar os embates ideológicos e evitar o impasse institucional que ocorreu em 1964 e se aprofundou em 1968.

Comentando o exemplo de Caxias, para concluir, ele dizia que Caxias, como Ministro da Guerra, como Ministro do Imperador, foi o que mais defendeu a punição dos bispos, na questão religiosa do Pará e de Olinda. Depois, quando assume a Presidência do Conselho de Estado, do Conselho de Ministros, vem à tona a anistia, a discussão da anistia dos religiosos do Pará, de Olinda, e Caxias na função de homem de Estado, não mais de Ministro de Exército, Comandante das Forças terrestres do País, defendeu insistentemente a anistia. Era um homem de visão política, e naquele papel ele esqueceu a posição de Comandante do Exército quando defendera a punição dos religiosos. Naquele momento, como homem de Estado, ele achava que os religiosos deviam ser anistiados, para evitar a radicalização da chamada Questão Religiosa.

Ele foi vencido no Conselho de Estado. Interessante. Perdeu por 1 voto, na decisão do Conselho de Estado. Mas José Honório ficou impressionado com a atitude de Caxias, típica dos homens de Estado. O que deduziu José Honório Rodrigues, o nosso grande historiador contemporâneo, senão o maior, foi que a política de conciliação é importante para salvar e resguardar as instituições democráticas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ^a (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^c (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO' (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ^d (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ^e (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

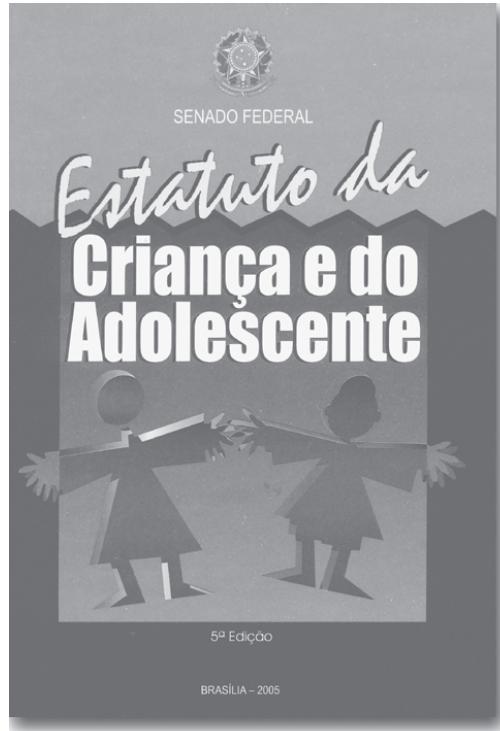
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

(OS: 16195/2009)